

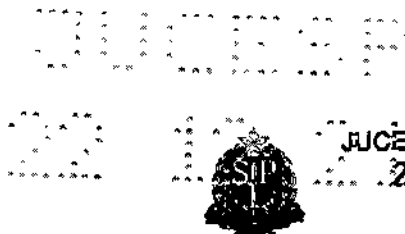
ANEXO 13**DOCUMENTOS DA SPE**

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DOS COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS CONSTITUÍDOS PELOS AEROPORTOS INTEGRANTES DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE.

n Q

L Q

h



JUCESP PROTOCOLO
2.304.004/21-0

PROCESSO

041073

Folhas 6708

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL
SPE AEROPORTOS P**



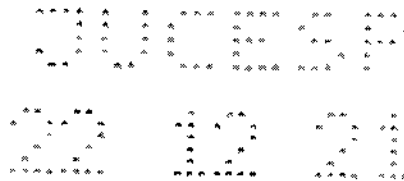
Data, Hora e Local: Aos 01 de dezembro de 2021, às 10h00, na sede social da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Companhia**").

Presenças: representando a totalidade do capital social da Companhia, estiveram presentes:

(i) **SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, conjunto 82, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.396.296/0001-69, neste ato, representada por seus Diretores **José Mario Lima de Freitas**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 12.617.634-6 SSP/SP, inscrito no CPF/Me sob o nº 048.426.288-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Braz, nº 747, apto 71-C, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, município de São Paulo, Estado de São Paulo, e **Altair Moreira de Souza Filho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 5.173.477-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.933.708-12, residente e domiciliado na Rua Sílvia Celeste de Campos, nº 450, Alto de Pinheiros, CEP 05.462-010, município de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada "**SIP**"; e

(ii) **DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 243, conjunto 202, Bairro do Recife, CEP 50.030-310, município de Recife, Estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.409.762/0001-05, neste ato, representada por seu administrador **Manoel Carvalho Ferreira da Silva Junior**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 055.747.304-72, portador da Cédula de Identidade nº 788.831 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 203, apto. 1305, bairro de Boa Viagem, Recife, Pernambuco, CEP 51.020-350, doravante denominada "**DIX**".

Mesa: Presidente: José Mario Lima de Freitas; Secretário: Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior.



Ordem do Dia: Deliberar sobre: a) a constituição da Companhia denominada **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**; b) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; c) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Deliberações: Prestados os esclarecimentos iniciais necessários, foram discutidas, deliberadas e aprovadas, à unanimidade de votos dos presentes, sem restrições, as seguintes matérias:

1. A constituição de uma sociedade por ações de capital fechado, sob a denominação social "**SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**", com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social será a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo - ARTESP, a exploração de estacionamento, e serviços auxiliares ao transporte aéreo, com capital social totalmente subscrito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), neste ato, parcialmente integralizado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em dinheiro, moeda corrente e legal no País.
2. A aprovação do Boletim de Subscrição, na forma do **Anexo I**, e do Estatuto Social da Companhia com a redação na forma do **Anexo II**.
3. A eleição dos membros do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 3 (três) anos, contados a partir desta data, que serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse, na forma do **Anexo III** da presente ata: (i) **Marcelo Sturlini Bisordi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.208.383-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 118.662.248-24, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Jerônimo Timóteo de Lima**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5830267 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.954.144-54, para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (iii) **Wanderley Galhiego Júnior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 43.898.937-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 354.040.108-35,

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE S/A

PROCESSO

041073

Folhas 6709 6

para ocupar o cargo de Conselheiro sem designação específica, todos residentes e domiciliados no município de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, Consolação, CEP 01415-907.

4. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos e empossados aceitaram o cargo e declararam, cada um deles, antecipadamente, sob as penas da lei, para fins do disposto nos parágrafos 1º a 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A"), e no inciso II do art. 37, da Lei nº 8.934/94, cientes de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fê pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; (ii) possuem reputação ilibada; e, (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei das S.A., declararam que receberão eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão nos endereços indicados acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Acionistas: SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por José Mario Lima de Freitas e Altair Moreira de Souza Filho; e DIX EMPREENDIMENTOS LTDA., representada por Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior.

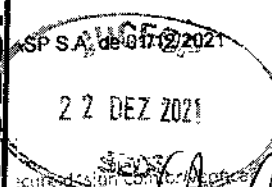
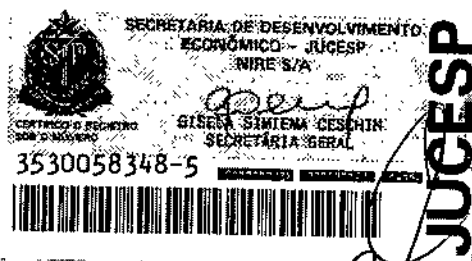
A presente é cópia da lavrada em livro próprio.
São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

Mesa:

José Mario Lima de Freitas
Presidente

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior
Secretário

Ata de Assembleia



01/12/2021

(página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S/A realizada no dia 01/12/2021)

Acionistas:

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

José Mario Lima de Freitas

Altair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

Visto da Advogada:

Rafaela Mazzocco Schallenger
OAB/RS 83836

PROCESSO
041073

PROCESSO

041073

Folhas 67/106

ANEXO I

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**

Aprovação: Assembleia Geral de Constituição, realizada em 01 de dezembro de 2021.

Capital Total Subscrito: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Capital Total Integralizado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Capital Total à Integralizar: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Forma de Integralização: Moeda Corrente Nacional.

Número Total de Ações Subscritas: 100.000 (cem mil)

Preço de Emissão por ação: R\$ 1,00 (um real)

Subscritores	Ações Subscritas	Valor Subscrito (R\$)	Valor Integralizado (R\$)	Participação
SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, conjunto 82, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.396.296/0001-69.	51.000	51.000,00	5.100,00	51%
DIX EMPREENDIMENTOS LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 243, conjunto 202, Bairro do Recife, CEP 50.030-310, município de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.409.762/0001-05.	49.000	49.000,00	4.900,00	49%
TOTAL:	100.000	100.000,00	10.000,00	100%

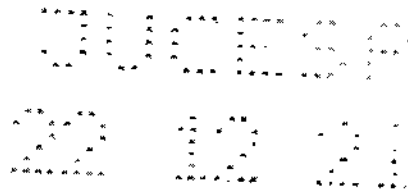
São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

Subscritores:

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.
José Mario Lima de Freitas Altair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.
Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 5 de 20



ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL DA SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 1º. A **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico, regida pelo disposto no presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia e seus Acionistas observarão o que for cabível os termos do Edital e seus anexos, em especial o Contrato de Concessão, cujo objeto é a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo - ARTESP, a exploração de estacionamento, e serviços auxiliares ao transporte aéreo ("**Contrato de Concessão**" ou "**Contrato Público**").

Artigo 2º. A Companhia tem a sede de sua administração e seu foro e domicílio jurídico na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social:

- (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP;
- (ii) a exploração de estacionamento; e



PROCESSO	
041073	
Forma	N.º Rubrica
6711	6

(iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Parágrafo Único. Fica desde já expressamente vedada a alteração e a prática, pela Companhia, de quaisquer atos estranhos ao objeto social, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de receitas não tarifárias, desde que relacionadas diretamente às ações objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 4º. A Companhia poderá abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em outros Municípios abrangidos pela área territorial de sua atividade fim.

Artigo 5º. A Companhia perdurará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o saldo de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser integralizado até 05 de janeiro de 2022.

Parágrafo Primeiro. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. As ações poderão ser transferidas, observando-se a manutenção do controle. A transferência de ações que implique em alteração do controle acionário poderá ser efetivada após anuência formal do Poder Concedente, nos termos e condições previstas no Acordo de Acionistas e no Contrato de Concessão.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias e bônus de subscrição.

Artigo 7º. Na proporção das ações de que forem titulares, os acionistas têm preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia nos aumentos de capital, bem como para a subscrição de debêntures conversíveis e/ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações emitidas pela Companhia, ressalvado o previsto em Acordo de Acionistas vigente à época.

31/03/2021
22 10 31

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de qualquer das Partes receber oferta firme para alienar, direta ou indiretamente, suas ações a terceiro, fica assegurado às demais Partes o direito de exigir que essa alienação de ações pela Acionista Cedente englobe as Ações então detidas pelas demais Partes ("Direito de *Tag Along*"), em quantidade proporcional à da acionista cedente, caso a venda venha a se concretizar. Se a oferta de venda envolver a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia pelas acionistas controladoras, as demais Partes terão Direito de *Tag Along* para alienação da totalidade de sua participação na Companhia, observando os termos do Acordo de Acionistas.

Parágrafo Segundo. Os atos referidos nesta Cláusula ficam condicionados à prévia anuência do Poder Concedente, na forma e sempre que exigido pelo Contrato de Concessão.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 8º. A Administração da Companhia competirá a um Conselho de Administração e uma Diretoria com os poderes conferidos pelas disposições legais aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será unificado e pelo prazo de 03 (três) anos, sendo permitidas reeleições. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 9º. O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, indicados e eleitos pelos acionistas da Companhia.

Artigo 10. São de competência do Conselho de Administração, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias, as quais deverão contar com quórum de aprovação correspondente a totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício:

- a) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 8 de 20



PROCESSO

041073

Folhas

Número

62/12

6

endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;

- b) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- c) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, dos direitos emergentes da concessão objeto do Contrato Público, dos direitos creditórios relativos à contraprestação pecuniária paga pelo Poder Concedente à Companhia e dos direitos creditório relativos a eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente à Companhia no caso de extinção antecipada do Contrato Público;
- d) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos Acionistas;
- e) A eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- f) A contratação de empréstimos, linha de crédito ou mútuos ou a assunção de compromissos pela Companhia que impliquem ou requeiram a outorga de garantias (tais como fianças, avais, hipotecas, etc.) e/ou o suporte financeiro ou de qualquer tipo por parte das acionistas, seja individualmente ou coletivamente, incluindo garantias bancárias, cartas de crédito ou qualquer outro mecanismo de suporte financeiro ou operacional;
- g) Escolha e destituição dos auditores independentes;
- h) Sugestão à Assembleia Geral para deliberação a respeito da mudança nas datas de início e encerramento do exercício social;
- i) Proposição para a Assembleia Geral da oferta das Ações em Bolsa de Valores ou em Mercado de Baicão Organizado, bem como a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Companhia;
- j) Aprovar a alienação e/ou aquisição de bens do ativo não circulante da Companhia, ou a este destinados, nos termos do Acordo de Acionistas;
- k) A celebração de contratos para cobertura (hedge) de variações cambiais, inflacionárias ou de renda fixa a favor da Companhia, de qualquer espécie;

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021

Página 9 de 20

RESOLUÇÃO

22 DE 21

- l) Qualquer alteração em contratos de financiamento realizados pela Companhia;
- m) A rescisão de contratos ou quaisquer outros negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer acionista, controladores diretos ou indiretos das acionistas ou sócios das acionistas;
- n) Propor à Assembleia Geral o modo de pagamento de dividendos intercalares ou intermediários;
- o) Submeter à Assembleia Geral o plano de negócios, os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- p) Deliberar sobre o aumento de capital, desde que mediante a emissão de ações exclusivamente ordinárias, em tudo idênticas àquelas já emitidas;
- q) Deliberar sobre a abertura e encerramento de filiais; e
- r) A criação de órgãos de apoio à Administração da Companhia.

Artigo 11. O Conselho de Administração reunir-se-á bimestralmente, sob forma ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente. Das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio.

Parágrafo Primeiro. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita (i) a interação em tempo real entre todos os participantes e (ii) a confirmação da identidade de cada conselheiro então presente, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho ou, na sua ausência, ao presidente da reunião do Conselho escolhido pelos presentes, por carta ou correio eletrônico, logo após o término da reunião.

Parágrafo Segundo. O presidente da reunião lavrará ata que deverá ser circulada a cada um dos conselheiros que deverão assinar uma via e enviar ao Presidente do Conselho de Administração. As deliberações que não tiverem efeitos sobre terceiros serão arquivadas na sede da Companhia, dispensando o arquivamento no Registro do Comércio.

Parágrafo Terceiro. As convocações serão feitas pelo Presidente, sempre por escrito,

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 10 de 20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021

PROCESSO	
041073	
Folhas	Nº de Rubrica
67B	6

por e-mail ou correspondência, e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, sendo dispensadas as formalidades da convocação sempre que todos os conselheiros estiverem presentes.

Parágrafo Quarto. Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, caberá ao acionista que indicou e elegeu o membro do Conselho nomear novo Conselheiro para a posição do Conselheiro que houver deixado o Conselho de Administração.

Seção III - Diretoria

Artigo 12. A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) diretores, sendo um Diretor Presidente e o outro Diretor Administrativo-Financeiro, com funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Artigo 13. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, conselheiro ou acionista que a envolver em obrigações relativas a negócios estranhos ao objeto social, tais como, exemplificativamente, a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, salvo em caso de aprovação na forma deste estatuto.

Artigo 14. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral.

Artigo 15. Observado o disposto neste artigo, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, abertura e encerramento de filiais e a assinatura de contratos de qualquer natureza, títulos de crédito em geral, ordens de pagamento ou quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados por:

- (a) 02 (dois) Diretores, em conjunto;
- (b) 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador; ou

QUORUM

22 10 21

(c) 02 (dois) procuradores devidamente constituídos pela Companhia, com poderes específicos para a prática de atos determinados.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas pelos Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão período de, no máximo, 01 (um) ano.

Seção IV - Do Poder Concedente

Artigo 16. Dependem de prévia anuência do Poder Concedente, sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato de Concessão e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos:

- (a) alteração deste Estatuto Social, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (b) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique em transferência de controle;
- (c) celebração de acordo de acionistas, emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações, desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário, direta ou indiretamente;
- (d) alienação do controle ou transferência da Companhia, operacionalizada pelos financiadores e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da Companhia;
- (e) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de atividades que gerem receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados;
- (f) redução do capital social da Companhia para valor inferior ao mínimo exigido no Contrato de Concessão;
- (g) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionados ao Contrato de Concessão;

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL
DE 13 DE 2021

PROCESSO	
041073	
Folhas	Nome/Rúbrica
6714	6

- (h) contratação de financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, ou outra operação de dívida contratada pela Companhia, que prevejam oferta de direitos emergentes da concessão, ou das ações representativas do controle da Companhia em garantia;
- (i) ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela própria Companhia;
- (j) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens reversíveis, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (k) realização de obras e adequações nos aeroportos integrantes do Complexo Aeroportuário, no caso em que estas possam gerar o rebaixamento da categoria de classificação de tais bens;
- (l) concessão de empréstimos e financiamentos pela Companhia aos seus acionistas, partes relacionadas ou a terceiros; e
- (m) prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia pela Companhia em favor de seus acionistas, partes relacionadas ou de terceiros.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17. A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á na sede social, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício e, extraordinariamente, sempre que for convocada.

Parágrafo Único. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, o qual convidará um dos presentes para servir como Secretário.

Artigo 18. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação das acionistas.

Artigo 19. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão instaladas com a

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 13 de 20

ATA

22 10 21

presença de acionistas que representem a totalidade do capital social.

Artigo 20. Respeitados os quóruns legais para convocação e instalação das Assembleias, as deliberações sociais proferidas serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes em Assembleia Geral, não se computando os votos em branco, ressalvada a hipótese do Artigo 20 abaixo.

Artigo 21. Exigirão quórum de aprovação especial de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social, as deliberações que digam respeito às seguintes matérias:

- a) Aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos Administradores da Companhia;
- b) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;
- c) Qualquer alteração da política de dividendos e reservas da Companhia;
- d) Alteração, aumento ou redução do capital social da Companhia;
- e) Grupamento, bonificação ou desdobramento das Ações;
- f) Recompra, resgate, cancelamento ou amortização de Ações, bem como qualquer negociação ou aquisição, com suas próprias Ações ou outros valores mobiliários de sua emissão;
- g) Emissão, alteração, recompra, resgate, cancelamento ou amortização de debêntures, bônus de subscrição e/ou de outros títulos ou valores mobiliários ou direitos relativos às Ações ou à Companhia, sendo vedado à Companhia emitir partes beneficiárias;
- h) Toda e qualquer reestruturação societária que ocorra em uma ou mais transações, incluindo, mas não se limitando, a qualquer operação e transformação, fusão, incorporação e cisão (inclusive qualquer subscrição ou transferência de ações que resulte em mudança de controle da Companhia e qualquer decisão relacionada à aceitação de proposta de terceiro nesse sentido), sua dissolução e liquidação (e cessação do estado de liquidação), eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas destes;

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. DE 01/12/2021

PROCESSO

041073

Folhas 6715 6

- i) Pedido de falência, insolvência, extinção ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou outros institutos similares;
- j) Fixação e alterações na política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia;
- k) Quaisquer alterações no Contrato Público de Concessão, desde que a alteração não decorra do exercício de prerrogativas legais conferidas à Administração para realização de alterações contratuais;
- l) Prorrogação do Contrato Público, bem como o prazo dessa prorrogação, desde que a prorrogação não decorra do exercício de prerrogativa legal ou contratual conferida à Administração para tanto;
- m) O pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio ("JCP") aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da legislação e regulamentações vigentes;
- n) Aprovação do Orçamento Anual da Companhia;
- o) Operações com Partes Relacionadas dos acionistas da Companhia;
- p) Aprovação do plano de negócios, os planos de trabalho, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- q) Modificação das funções da Diretoria e do Conselho de Administração;
- r) Designação e destituição dos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;
- s) Modificação dos parâmetros do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;
- t) Propositura de demanda em face do Poder Concedente;
- u) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, de Ações da Companhia, independentemente do valor envolvido na operação;
- v) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos acionistas;

w) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

x) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

y) Qualquer negócio ou operação entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma das Acionistas, seus controladores, suas controladas, afiliados ou coligadas; e

z) demais matérias do artigo 136 da Lei nº 6.404/76 não expressamente indicadas acima.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS

Artigo 22. O exercício social coincidirá com o ano civil. As demonstrações financeiras, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 25. A participação dos administradores nos lucros da Companhia, quando atribuída, não excederá o valor total da remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) do lucro ajustado do exercício.

Artigo 26. A Companhia obrigatoriamente distribuirá aos acionistas o dividendo mínimo

PROCESSO
041073

PROCESSO	
041073	
Folhas	6

de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("Dividendo Mínimo"), desde que observados os limites e as condições de financiamento estipulados pelos agentes financeiros.

Artigo 27. O Dividendo Mínimo não será pago apenas quando o status financeiro da Companhia, de acordo com as recomendações do Conselho de Administração, puder ser afetada adversamente por tal pagamento.

Artigo 28. Desde que cumpridas as exigências do Contrato de Concessão, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores para o pagamento de dividendos intercalares, na forma do disposto no artigo 204 da Lei nº. 6.404/76, que serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 25 acima.

Artigo 29. Desde que cumpridas as exigências do Contrato de Concessão, a Companhia por deliberação do Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, ou semestral, que serão considerados antecipação do Dividendo Mínimo.

Artigo 30. Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de Prejuízos Acumulados, para posterior deliberação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31. O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, quando instalado será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, admitida a reeleição.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas em Assembleia Geral, na forma da lei.

Artigo 32. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições previstas em lei e seus membros receberão os honorários que foram fixados pela Assembleia que os eleger, respeitados os mínimos legais.

DocSign
20 12 21

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 33. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34. A Companhia estará sempre vinculada ao disposto no Contrato de Concessão, à documentação apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que disser respeito à execução dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 35. A Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas devidamente firmadas pelos acionistas que deverá ser arquivado na sede social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas.

Artigo 36. Aplicam-se aos casos omissos as disposições legais vigentes.

Artigo 37. Todos os conflitos oriundos deste estatuto deverão ser resolvidos por arbitragem pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil ("CAMARB"), devendo esta ser realizada de acordo com a lei brasileira, especialmente a Lei Federal nº. 9307 de 23 de setembro de 1997, e de acordo com seu regulamento interno.

Parágrafo Primeiro. A arbitragem será conduzida em português e por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pelo reclamante, 1 (um) pelo reclamado e o terceiro, que atuará como presidente do painel de arbitragem, será nomeado pelos dois árbitros nomeados por reclamante e reclamado. Em caso de haver mais de um reclamante ou mais de um reclamado, os reclamantes em conjunto e os reclamados em conjunto nomearão cada um deles um árbitro. Na hipótese de os árbitros nomeados pelas partes não conseguirem chegar a um acordo sobre a escolha do presidente ou se ficar caracterizada a arbitragem multipartes, com pluralidade de lides distintas entre as várias partes, a nomeação dos árbitros se dará pelo presidente do Centro de Arbitragem no prazo estabelecido pelas referidas normas de arbitragem. O local de arbitragem será no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

PROCESSO

0 4 1 0 7 3

Folhas	Nº 20
--------	-------

Parágrafo Segundo. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões relativas à arbitragem acima prevista, inclusive medidas coercitivas ou cautelares antes da instauração da arbitragem, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA

José Mario Lima de Freitas

Altair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

Visto da Advogada:

Rafaela Mazzocco Schallenger

OAB/RS 83.836

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 19 de 20

30/12/2021
10:10:01

ANEXO III

TERMO DE POSSE

Ao 01 dia do mês de dezembro de 2021, às 10h30, na sede da **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, comparecem os Srs. **Marcelo Sturlini Bisordi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.208.383-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 118.662.248-24, eleito para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **Jerônimo Timóteo de Lima**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5830267 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.954.144-54, eleito para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e **Wanderley Galhiego Júnior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 43.898.937-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 354.040.108-35, eleito para ocupar o cargo de Conselheiro sem designação específica, todos residentes e domiciliados no município de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, Consolação, CEP 01415-907, cargos dos quais tomam posse, nos termos da Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada nesta data, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, devendo permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos.

Os Conselheiros ora empossados, declaram, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei 6.404/76; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecida no §3º, do artigo 147, da Lei 6.404/76; (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do Inciso I, do §3º, do artigo 147, da Lei 6.404/76; e (iv) não tem, nem representam interesse conflitante com o da Companhia na forma do inciso II, do §3º, do artigo 147, da Lei 6.404/76, para o que assinam o presente Termo de Posse.

São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

Marcelo Sturlini Bisordi

Jerônimo Timóteo de Lima

Wanderley Galhiego Júnior

Ata de Assembleia Geral de Constituição da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. de 01/12/2021
Página 20 de 20



23 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de dezembro de 2021,
13:54:15

PROCESSO

041073

Assinaturas N.º de autenticidade



SPE Aeroportos Paulista - Constituição V final DJUR 01 12 2021

10k pdf

Código do documento 4430b20a-daab-4c13-91ac-a47d4f266b32

Assinaturas



ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Certificado Digital

altair@socicam.com.br

Assinou



JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454

Certificado Digital

jeronimo@agemar.com.br

Assinou



JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820

Certificado Digital

josemario@socicam.com.br

Assinou



MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472

Certificado Digital

agemar@agemar.com.br

Assinou



MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824

Certificado Digital

marcelo.bisordi@socicam.com.br

Assinou



RAFAELA MAZZOCCO SCHALLENBERGER

Certificado Digital

rafaela.mazzocco@socicam.com.br

Assinou



WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Certificado Digital

galhiego@socicam.com.br

Assinou

Eventos do documento

14 Dec 2021, 11:53:02

Documento 4430b20a-daab-4c13-91ac-a47d4f266b32 **criado** por RAFAELA MAZZOCCO SCHALLENBERGER
(554119bb-23df-4589-a26c-59986a31407f). Email:rafaela.mazzocco@socicam.com.br. - DATE_ATOM:
2021-12-14T11:53:02-03:00

14 Dec 2021, 12:04:36

Assinaturas **iniciadas** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:
leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:04:36-03:00



14 Dec 2021, 12:08:00

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA

JUNIOR:05574730472 Assinou Email: agemar@agemar.com.br. IP: 179.181.54.103
(179.181.54.103.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 8592). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI
v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472. -
DATE_ATOM: 2021-12-14T12:08:00-03:00

14 Dec 2021, 12:08:01

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Assinou Email: galhiego@socicam.com.br. IP: 189.62.45.11 (bd3e2d0b.virtua.com.br porta: 31784). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB
G2,OU=A1,CN=WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:08:01-03:00

14 Dec 2021, 12:11:36

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RAFAELA MAZZOCCO SCHALLENBERGER Assinou

Email: rafaela.mazzocco@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 3492).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC
OAB G3,OU=A3,CN=RAFAELA MAZZOCCO SCHALLENBERGER. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:11:36-03:00

14 Dec 2021, 12:20:22

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Assinou Email: altair@socicam.com.br. IP: 189.62.45.11 (bd3e2d0b.virtua.com.br porta: 17508). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB
G2,OU=A1,CN=ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:20:22-03:00

14 Dec 2021, 12:21:25

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820 Assinou

Email: josemario@socicam.com.br. IP: 189.62.45.11 (bd3e2d0b.virtua.com.br porta: 19216). Dados do Certificado:
C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB
G2,OU=A1,CN=JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:21:25-03:00

14 Dec 2021, 12:22:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824 Assinou

Email: marcelo.bisordi@socicam.com.br. IP: 189.62.45.11 (bd3e2d0b.virtua.com.br porta: 20326). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB
G2,OU=A1,CN=MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824. - DATE_ATOM: 2021-12-14T12:22:51-03:00

14 Dec 2021, 13:50:15

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454 Assinou

Email: jeronimo@agemar.com.br. IP: 179.181.54.103 (179.181.54.103.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 52764).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=JERONIMO
TIMOTEO DE LIMA:03595414454. - DATE_ATOM: 2021-12-14T13:50:15-03:00

Hash do documento original



23 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de dezembro de 2021,
13:54:15

PROCESSO

04123

6719/6

(SHA256):37cdae2d8c16f27c7b3ca654b7bb33bfa12e89f9f7ee0c4152424b1c8ff149cf

(SHA512):18fcb5a6a4d63c4a39c1558c6dcdede93e444a4df5c808042cb158a2f63e76dcc1885e4afdc0f5c50f367b4e3bb14b98bd03b0f6e09b8250432f7eca1175920

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

np

27

12

SPE AEROPORTOS PAULISTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE

REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021

Data, Hora e Local: Aos 01 de dezembro de 2021, às 10h00, na sede da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Companhia**").

Presença e Convocação: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, dispensadas as formalidades de convocação.

Mesa: Presidente: Marcelo Sturlini Bisordi; Secretário: Jerônimo Timóteo de Lima.

Ordem do Dia: Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia.

Deliberações: A totalidade dos membros do Conselho de Administração, por unanimidade, e sem ressalvas, deliberaram por:

1. Eleger para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, os seguintes membros: I) como Diretor Presidente, **Marcelo Sturlini Bisordi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.208.383-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 118.662.248-24, com endereço comercial na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo; e II) como Diretor Administrativo-Financeiro, **Augusto Ricardo von Ellenrieder**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.797.498 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.765.238-00, residente e domiciliado na Rua Montesquieu, nº 371, apto. 152, Jardim Vila Mariana, CEP 04116-190, município de São Paulo, Estado de São Paulo, os quais serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse, na forma do **Anexo I** da presente ata, devendo permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos.

2. Os Diretores ora eleitos tomam posse mediante a assinatura de termo próprio e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades empresárias; não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a

JUCESP
22 12 21

pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; e possuem reputação ilibada, nos termos do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros: Marcelo Sturlini Bisordi, Jerônimo Tomóteo de Lima e Wanderley Galhiego Júnior.

A presente é cópia da lavrada em livro próprio.

São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

Mesa:

Marcelo Sturlini Bisordi
Presidente

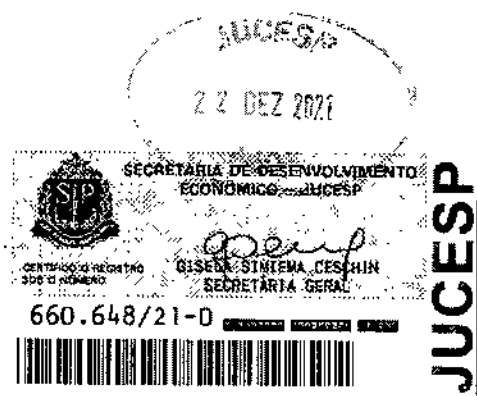
Jerônimo Timóteo de Lima
Secretário

Conselheiros:

Marcelo Sturlini Bisordi
Presidente do Conselho

Jerônimo Timóteo de Lima
Vice-Presidente do Conselho

Wanderley Galhiego Júnior
Conselheiro



ANEXO I

TERMO DE POSSE

Aos 01 dia do mês de dezembro de 2021, às 11h00, na sede da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, comparecem os Srs. **Marcelo Sturlini Bisordi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.208.383-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 118.662.248-24, com endereço comercial na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e, **Augusto Ricardo von Ellenrieder**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.797.498 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.765.238-00, residente e domiciliado na Rua Montesquieu, nº 371, apto. 152, Jardim Vila Mariana, CEP 04116-190, município de São Paulo, Estado de São Paulo, eleito para ocupar o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, dos quais tomam posse, nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, devendo permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos.

Os Diretores, ora empossados, declaram, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei 6.404/76; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecida no §3º, do artigo 147, da Lei 6.404/76; (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do Inciso I, do §3º, do artigo 147, da Lei nº 6.404/76; e (iv) não tem, nem representam interesse conflitante com o da Companhia na forma do inciso II, do §3º, do artigo 147, da Lei nº 6.404/76, para o que assinam o presente Termo de Posse.

São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

Marcelo Sturlini Bisordi

Augusto Ricardo von Ellenrieder



5 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 13 de dezembro de 2021,
15:19:48



2021 12 01 SPE Aeroportos Paulista ARCA Eleição Diretoria 2 pdf
Código do documento 02c73611-1632-4538-86a1-4006de223048



Assinaturas



AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800

Certificado Digital

augusto@socicam.com.br

Assinou



JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454

Certificado Digital

jeronimo@agemar.com.br

Assinou



MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824

Certificado Digital

marcelo.bisordi@socicam.com.br

Assinou



WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Certificado Digital

galhiego@socicam.com.br

Assinou

Eventos do documento

13 Dec 2021, 11:40:32

Documento 02c73611-1632-4538-86a1-4006de223048 **criado** por LETICIA FLAUZINO LEITE
(1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM:
2021-12-13T11:40:32-03:00

13 Dec 2021, 12:25:45

Assinaturas **iniciadas** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:
leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-13T12:25:45-03:00

13 Dec 2021, 12:32:23

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800
Assinou Email: augusto@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 29314).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN
RFB G2,OU=A1,CN=AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800. - DATE_ATOM:
2021-12-13T12:32:23-03:00

13 Dec 2021, 13:54:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454 Assinou

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



5 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 13 de dezembro de 2021.
15:19:48

PROCESSO

041073

Folhas: 1/1

Email: jeronimo@agemar.com.br. IP: 179.181.54.103 (179.181.54.103.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 18332).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=JERONIMO
TIMOTEO DE LIMA:03595414454. - DATE_ATOM: 2021-12-13T13:54:32-03:00

13 Dec 2021, 14:00:19

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824 Assinou

Email: marcelo.bisordi@socicam.com.br. IP: 179.191.67.122 (mx-179-191-67-122.mundivox.com.br porta: 16920).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN
RFB G2,OU=A1,CN=MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824. - DATE_ATOM: 2021-12-13T14:00:19-03:00

13 Dec 2021, 14:56:20

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Assinou Email: galhiego@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 56416).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN
RFB G2,OU=A1,CN=WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835. - DATE_ATOM: 2021-12-13T14:56:20-03:00

Hash do documento original

(SHA256):900079c5968ed0bda3be3bc2d1188acb7629602ddb446723ac060e1cdae1cc1

(SHA512):60d8caa5ea0bbeceae09efac52db7c0ald99f02415378147dfaddc09717be1f682e281cbf449311a0ec842a7fcdaf7a1ee4327c1c78bcb17e5b54c8c06d86e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

h Q

h Q

h s



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PROCESSO

041073

Folhas Nome/Ruota

623/6

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.661.671/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/12/2021
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 52.12-5-00 - Carga e descarga 52.23-1-00 - Estacionamento de veículos 52.40-1-99 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO R BELA CINTRA	NÚMERO 1149	COMPLEMENTO ANDAR 8 SALA N
------------------------------------	-----------------------	--------------------------------------

CEP 01.415-907	BAIRRO/DISTRITO CONSOLACAO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@SOCICAM.COM.BR	TELEFONE (11) 3087-7166
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/12/2021
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/12/2021 às 15:46:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Assinatura]

[Assinatura]

10

20

12



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO

041073

Folhas

Nome/Rubrica

6724



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300583485	22/12/2021	04/01/2022 14:51:32
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/12/2021	44.661.671/0001-79	

CAPITAL

R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA BELA CINTRA	NÚMERO: 1149
IRRO: CONSOLACAO	COMPLEMENTO: 8 ANDAR SL N
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01415-907 UF: SP

OBJETO SOCIAL

OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM
CARGA E DESCARGA
ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS
ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 157.765.238-00, RG/RNE: 9797498 - SP, RESIDENTE À RUA MONTESQUIEU, 371, APT0152, JARDIM VILA MARIANA, SAO PAULO - SP, CEP 04116-190, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/11/2024.

JERONIMO TIMOTEO DE LIMA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 035.954.144-54, RG/RNE: 5830267 - PE, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 1149, 8 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-907, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/11/2024

MARCELO STURLINI BISORDI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 118.662.248-24, RG/RNE: 13208383 - SP, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 1149, 8 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-907, NA SITUAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/11/2024 E DIRETOR PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/11/2024.

WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 354.040.108-35, RG/RNE: 438989375 - SP, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 1149, 8 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-907, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/11/2024.

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 22/12/2021

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/12/2021. I) A CONSTITUICAO DA COMPANHIA DENOMINADA SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.; II) A APROVACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA; E C) A ELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 660.648/21-0 SESSÃO: 22/12/2021

DELIBERAR SOBRE A ELEICAO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA COMPANHIA., DATADA DE: 01/12/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300583485
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/01/2022



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucespontline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 164281377, terça-feira, 4 de janeiro de 2022 às 14:51:32.



JUCESP PROTOCOLO
0.001.224/22-0



PROCESSO

041073

Folhas 1/1

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
CNPJ/MF 44.661.671/0001-79
NIRE 3530058348-5

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2022**

Data, Hora e Local: Aos 03 de janeiro de 2022, às 08h00, na sede da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Companhia**").

Presença e Convocação: Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia.

Mesa: Presidente: José Mario Lima de Freitas; Secretário: Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: a) o aumento do capital social da Companhia; e b) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: Prestados os esclarecimentos necessários, foram discutidas, deliberadas e aprovadas, a unanimidade de votos dos presentes, sem restrições, as seguintes matérias:

1. Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 31.073.200,00 (trinta e um milhões, setenta e três mil e duzentos reais), a ser totalmente subscrito e parcialmente integralizado no valor de R\$ 6.224.700,00 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais), pelos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, em moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição, constante do **Anexo I** da presente ata.
2. O Capital Social da Companhia, anteriormente subscrito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representados por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passa a ser de R\$ 31.173.200,00 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais), representado por 31.173.200 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$ 6.224.700,00 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais), neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o saldo de R\$ 24.938.500,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser integralizado em até 120 (cento e vinte) meses contados desta data.
3. Em virtude das deliberações acima, o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 31.173.200,00 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais), representado por 31.173.200 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$ 6.234.700,00 (seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e setecentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o saldo de R\$ 24.938.500,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser integralizado em até 120 (cento e vinte) meses contados de 03 de janeiro de 2022.

Parágrafo Primeiro. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. As ações poderão ser transferidas, observando-se a manutenção do controle. A transferência de ações que implique em alteração do controle acionário poderá ser efetivada após anuência formal do Poder Concedente, nos termos e condições previstas no Acordo de Acionistas e no Contrato de Concessão.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias e bônus de subscrição.

4. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo II** da presente ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Acionistas: Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., representada por José Mario Lima de Freitas e Altair Moreira de Souza Filho; e Dix Empreendimentos Ltda., representada por Manoel Carvalho Ferreira da Silva Junior.

A presente é cópia da lavrada em livro próprio.

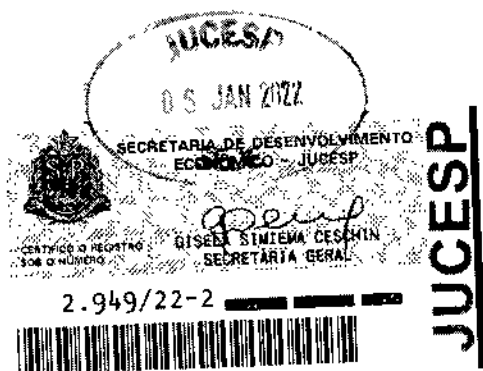
São Paulo, 03 de janeiro de 2022.

Mesa:

José Mario Lima de Freitas
Presidente

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior
Secretário

PROCESSO	
041073	
Folhas	Nº de Rubrica
6726	6



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

(página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da SPE Aeroportos Paulista ASP S/A realizada no dia 03/01/2022)

Acionistas:

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

José Mario Lima de Freitas

Allair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

PROCESSO

041073

Folhas: 13/13

ANEXO I**SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.****CNPJ/MF 44.661.671/0001-79****NIRE 3530058348-5****BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2022**

Subscritores	Ações Subscritas	Valor Subscrito (R\$)	Valor Integralizado (R\$)	Participação
SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, conjunto 82, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.396.296/0001-69.	15.847.332	15.847.332,00	3.174.597,00	51%
DIX EMPREENDIMENTOS LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 243, conjunto 202, Bairro do Recife, CEP 50.030-310, município de Recife, Estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.409.762/0001-05.	15.225.868	15.225.868,00	3.050.103,00	49%
TOTAL	31.073.200	31.073.200,00	6.224.700,00	100%

São Paulo, 03 de janeiro de 2022.

Acionistas:**SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

José Mario Lima de Freitas

Altair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 03/01/2022
Página 4 de 16

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL DA SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 1º. A SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico, regida pelo disposto no presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia e seus Acionistas observarão o que for cabível os termos do Edital e seus anexos, em especial o Contrato de Concessão, cujo objeto é a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo - ARTESP, a exploração de estacionamento, e serviços auxiliares ao transporte aéreo ("Contrato de Concessão" ou "Contrato Público").

Artigo 2º. A Companhia tem a sede de sua administração e seu foro e domicílio jurídico na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social:

- (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP;
- (ii) a exploração de estacionamento; e
- (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Parágrafo Único. Fica desde já expressamente vedada a alteração e a prática, pela Companhia, de quaisquer atos estranhos ao objeto social, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de receitas não tarifárias, desde que relacionadas diretamente às ações objeto do Contrato de Concessão.

PROCESSO	
041073	
Folhas	Nº de Rubrica
6328	6

Artigo 4º. A Companhia poderá abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em outros Municípios abrangidos pela área territorial de sua atividade fim.

Artigo 5º. A Companhia perdurará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 31.173.200,00 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais), representado por 31.173.200 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$ 6.234.700,00 (seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e setecentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o saldo de R\$ 24.938.500,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser integralizado em até 120 (cento e vinte) meses contados de 03 de janeiro de 2022.

Parágrafo Primeiro. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. As ações poderão ser transferidas, observando-se a manutenção do controle. A transferência de ações que implique em alteração do controle acionário poderá ser efetivada após anuência formal do Poder Concedente, nos termos e condições previstas no Acordo de Acionistas e no Contrato de Concessão.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias e bônus de subscrição.

Artigo 7º. Na proporção das ações de que forem titulares, os acionistas têm preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia nos aumentos de capital, bem como para a subscrição de debêntures conversíveis e/ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações emitidas pela Companhia, ressalvado o previsto em Acordo de Acionistas vigente à época.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de qualquer das Partes receber oferta firme para alienar, direta ou indiretamente, suas ações a terceiro, fica assegurado às demais Partes o direito de exigir que essa alienação de ações pela Acionista Cedente englobe as Ações então detidas pelas demais Partes ("Direito de Tag Along"), em quantidade proporcional à da acionista cedente, caso a venda venha a se concretizar. Se a oferta de venda envolver a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia pelas acionistas controladoras, as demais Partes terão Direito de Tag Along para alienação da totalidade de sua participação na Companhia, observando os termos do Acordo de Acionistas.

Parágrafo Segundo. Os atos referidos nesta Cláusula ficam condicionados à prévia anuência do Poder Concedente, na forma e sempre que exigido pelo Contrato de Concessão.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 8º. A Administração da Companhia competirá a um Conselho de Administração e uma Diretoria com os poderes conferidos pelas disposições legais aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será unificado e pelo prazo de 03 (três) anos, sendo permitidas reeleições. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 9º. O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, indicados e eleitos pelos acionistas da Companhia.

Artigo 10. São de competência do Conselho de Administração, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias, as quais deverão contar com quórum de aprovação correspondente a totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício:

- a) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- b) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- c) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, dos direitos emergentes da concessão objeto do Contrato Público, dos direitos creditórios relativos à contraprestação pecuniária paga pelo Poder Concedente à Companhia e dos direitos creditório relativos a eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente à Companhia no caso de extinção antecipada do Contrato Público;

- d) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos Acionistas;
- e) A eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- f) A contratação de empréstimos, linha de crédito ou mútuos ou a assunção de compromissos pela Companhia que impliquem ou requeiram a outorga de garantias (tais como fianças, avais, hipotecas, etc.) e/ou o suporte financeiro ou de qualquer tipo por parte das acionistas, seja individualmente ou coletivamente, incluindo garantias bancárias, cartas de crédito ou qualquer outro mecanismo de suporte financeiro ou operacional;
- g) Escolha e destituição dos auditores independentes;
- h) Sugestão à Assembleia Geral para deliberação a respeito da mudança nas datas de início e encerramento do exercício social;
- i) Proposição para a Assembleia Geral da oferta das Ações em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão Organizado, bem como a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Companhia;
- j) Aprovar a alienação e/ou aquisição de bens do ativo não circulante da Companhia, ou a este destinados, nos termos do Acordo de Acionistas;
- k) A celebração de contratos para cobertura (hedge) de variações cambiais, inflacionárias ou de renda fixa a favor da Companhia, de qualquer espécie;
- l) Qualquer alteração em contratos de financiamento realizados pela Companhia;
- m) A rescisão de contratos ou quaisquer outros negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer acionista, controladores diretos ou indiretos das acionistas ou sócios das acionistas;
- n) Propor à Assembleia Geral o modo de pagamento de dividendos intercalares ou intermediários;
- o) Submeter à Assembleia Geral o plano de negócios, os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;

- p) Deliberar sobre o aumento de capital, desde que mediante a emissão de ações exclusivamente ordinárias, em tudo idênticas àquelas já emitidas;
- q) Deliberar sobre a abertura e encerramento de filiais; e
- r) A criação de órgãos de apoio à Administração da Companhia.

Artigo 11. O Conselho de Administração reunir-se-á bimestralmente, sob forma ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente. Das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio.

Parágrafo Primeiro. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita (i) a interação em tempo real entre todos os participantes e (ii) a confirmação da identidade de cada conselheiro então presente, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho ou, na sua ausência, ao presidente da reunião do Conselho escolhido pelos presentes, por carta ou correio eletrônico, logo após o término da reunião.

Parágrafo Segundo. O presidente da reunião lavrará ata que deverá ser circulada a cada um dos conselheiros que deverão assinar uma via e enviar ao Presidente do Conselho de Administração. As deliberações que não tiverem efeitos sobre terceiros serão arquivadas na sede da Companhia, dispensando o arquivamento no Registro do Comércio.

Parágrafo Terceiro. As convocações serão feitas pelo Presidente, sempre por escrito, por e-mail ou correspondência, e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, sendo dispensadas as formalidades da convocação sempre que todos os conselheiros estiverem presentes.

Parágrafo Quarto. Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, caberá ao acionista que indicou e elegeu o membro do Conselho nomear novo Conselheiro para a posição do Conselheiro que houver deixado o Conselho de Administração.

Seção III - Diretoria

Artigo 12. A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) diretores, sendo um Diretor Presidente e o outro Diretor Administrativo-Financeiro, com funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Artigo 13. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, conselheiro ou acionista que a envolver em obrigações relativas a negócios estranhos ao objeto social, tais como, exemplificativamente, a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, salvo em caso de aprovação na forma deste estatuto.

Artigo 14. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral.

Artigo 15. Observado o disposto neste artigo, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, abertura e encerramento de filiais e a assinatura de contratos de qualquer natureza, títulos de crédito em geral, ordens de pagamento ou quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados por:

- (a) 02 (dois) Diretores, em conjunto;
- (b) 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador; ou
- (c) 02 (dois) procuradores devidamente constituídos pela Companhia, com poderes específicos para a prática de atos determinados.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas pelos Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão período de, no máximo, 01 (um) ano.

Seção IV - Do Poder Concedente

Artigo 16. Dependem de prévia anuência do Poder Concedente, sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato de Concessão e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos:

- (a) alteração deste Estatuto Social, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (b) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique em transferência de controle;
- (c) celebração de acordo de acionistas, emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações, desde que possam, em

bloco ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário, direta ou indiretamente;

- (d) alienação do controle ou transferência da Companhia, operacionalizada pelos financiadores e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da Companhia;
- (e) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de atividades que gerem receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados;
- (f) redução do capital social da Companhia para valor inferior ao mínimo exigido no Contrato de Concessão;
- (g) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionados ao Contrato de Concessão;
- (h) contratação de financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, ou outra operação de dívida contratada pela Companhia, que prevejam oferta de direitos emergentes da concessão, ou das ações representativas do controle da Companhia em garantia;
- (i) ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela própria Companhia;
- (j) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens reversíveis, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (k) realização de obras e adequações nos aeroportos integrantes do Complexo Aeroportuário, no caso em que estas possam gerar o rebaixamento da categoria de classificação de tais bens;
- (l) concessão de empréstimos e financiamentos pela Companhia aos seus acionistas, partes relacionadas ou a terceiros; e
- (m) prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia pela Companhia em favor de seus acionistas, partes relacionadas ou de terceiros.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17. A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á na sede social, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício e, extraordinariamente, sempre que for convocada.

Parágrafo Único. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor

Presidente, o qual convidará um dos presentes para servir como Secretário.

Artigo 18. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação das acionistas.

Artigo 19. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão instaladas com a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social.

Artigo 20. Respeitados os quóruns legais para convocação e instalação das Assembleias, as deliberações sociais proferidas serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes em Assembleia Geral, não se computando os votos em branco, ressalvada a hipótese do Artigo 20 abaixo.

Artigo 21. Exigirão quórum de aprovação especial de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social, as deliberações que digam respeito às seguintes matérias:

- a) Aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos Administradores da Companhia;
- b) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;
- c) Qualquer alteração da política de dividendos e reservas da Companhia;
- d) Alteração, aumento ou redução do capital social da Companhia;
- e) Grupamento, bonificação ou desdobramento das Ações;
- f) Recompra, resgate, cancelamento ou amortização de Ações, bem como qualquer negociação ou aquisição, com suas próprias Ações ou outros valores mobiliários de sua emissão;
- g) Emissão, alteração, recompra, resgate, cancelamento ou amortização de debêntures, bônus de subscrição e/ou de outros títulos ou valores mobiliários ou direitos relativos às Ações ou à Companhia, sendo vedado à Companhia emitir partes beneficiárias;
- h) Toda e qualquer reestruturação societária que ocorra em uma ou mais transações, incluindo, mas não se limitando, a qualquer operação e transformação, fusão, incorporação e cisão (inclusive qualquer subscrição ou transferência de ações que resulte em mudança de controle da Companhia e qualquer decisão relacionada à aceitação de proposta de terceiro nesse sentido), sua dissolução e liquidação (e cessação do estado de liquidação),

eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas destes;

- i) Pedido de falência, insolvência, extinção ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou outros institutos similares;
- j) Fixação e alterações na política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia;
- k) Quaisquer alterações no Contrato Público de Concessão, desde que a alteração não decorra do exercício de prerrogativas legais conferidas à Administração para realização de alterações contratuais;
- l) Prorrogação do Contrato Público, bem como o prazo dessa prorrogação, desde que a prorrogação não decorra do exercício de prerrogativa legal ou contratual conferida à Administração para tanto;
- m) O pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio ("JCP") aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da legislação e regulamentações vigentes;
- n) Aprovação do Orçamento Anual da Companhia;
- o) Operações com Partes Relacionadas dos acionistas da Companhia;
- p) Aprovação do plano de negócios, os planos de trabalho, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- q) Modificação das funções da Diretoria e do Conselho de Administração;
- r) Designação e destituição dos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;
- s) Modificação dos parâmetros do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;
- t) Propositura de demanda em face do Poder Concedente;
- u) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, de Ações da Companhia, independentemente do valor envolvido na operação;
- v) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas,

que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos acionistas;

- w) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- x) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- y) Qualquer negócio ou operação entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma das Acionistas, seus controladores, suas controladas, afiliados ou coligadas; e
- z) demais matérias do artigo 136 da Lei nº 6.404/76 não expressamente indicadas acima.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS

Artigo 22. O exercício social coincidirá com o ano civil. As demonstrações financeiras, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 25. A participação dos administradores nos lucros da Companhia, quando atribuída, não excederá o valor total da remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) do lucro ajustado do exercício.

Artigo 26. A Companhia obrigatoriamente distribuirá aos acionistas o dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("Dividendo Mínimo"), desde que observados os limites e as condições de financiamento estipulados pelos agentes financeiros.

Artigo 27. O Dividendo Mínimo não será pago apenas quando o status financeiro da Companhia, de acordo com as recomendações do Conselho de Administração, puder ser afetada adversamente por tal pagamento.

Artigo 28. Desde que cumpridas as exigências do Contrato de Concessão, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores para o pagamento de dividendos intercalares, na forma do disposto no artigo 204 da Lei nº. 6.404/76, que serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 25 acima.

Artigo 29. Desde que cumpridas as exigências do Contrato de Concessão, a Companhia por deliberação do Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, ou semestral, que serão considerados antecipação do Dividendo Mínimo.

Artigo 30. Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de Prejuízos Acumulados, para posterior deliberação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31. O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, quando instalado será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, admitida a reeleição.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas em Assembleia Geral, na forma da lei.

Artigo 32. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições previstas em lei e seus membros receberão os honorários que foram fixados pela Assembleia que os eleger, respeitados os mínimos legais.

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 33. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PROCESSO	
041073	
Folhas	N.º de Rubrica
633	6

Artigo 34. A Companhia estará sempre vinculada ao disposto no Contrato de Concessão, à documentação apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que disser respeito à execução dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 35. A Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas devidamente firmadas pelos acionistas que deverá ser arquivado na sede social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas.

Artigo 36. Aplicam-se aos casos omissos as disposições legais vigentes.

Artigo 37. Todos os conflitos oriundos deste estatuto deverão ser resolvidos por arbitragem pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil ("CAMARB"), devendo esta ser realizada de acordo com a lei brasileira, especialmente a Lei Federal nº. 9307 de 23 de setembro de 1997, e de acordo com seu regulamento interno.


Parágrafo Primeiro. A arbitragem será conduzida em português e por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pelo reclamante, 1 (um) pelo reclamado e o terceiro, que atuará como presidente do painel de arbitragem, será nomeado pelos dois árbitros nomeados por reclamante e reclamado. Em caso de haver mais de um reclamante ou mais de um reclamado, os reclamantes em conjunto e os reclamados em conjunto nomearão cada um deles um árbitro. Na hipótese de os árbitros nomeados pelas partes não conseguirem chegar a um acordo sobre a escolha do presidente ou se ficar caracterizada a arbitragem multipartes, com pluralidade de lides distintas entre as várias partes, a nomeação dos árbitros se dará pelo presidente do Centro de Arbitragem no prazo estabelecido pelas referidas normas de arbitragem. O local de arbitragem será no município de São Paulo, Estado de São Paulo.


Parágrafo Segundo. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões relativas à arbitragem acima prevista, inclusive medidas coercitivas ou cautelares antes da instauração da arbitragem, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.


2022 01 03 DAESP AGE Aumento de Capital e Estatuto
Consolidado pdf
Código do documento d2ca2e97-c4f1-4883-abd7-9a529b490eec



Assinaturas

 **ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812**
Certificado Digital
altair@socicam.com.br
Assinou

 **JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820**
Certificado Digital
josemario@socicam.com.br
Assinou

 **MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472**
Certificado Digital
agemar@agemar.com.br
Assinou

Eventos do documento

03 Jan 2022, 09:13:01

Documento d2ca2e97-c4f1-4883-abd7-9a529b490eec **criado** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email: leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-01-03T09:13:01-03:00

03 Jan 2022, 09:16:00

Assinaturas **iniciadas** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email: leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-01-03T09:16:00-03:00

03 Jan 2022, 09:41:55

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820 Assinou
Email: josemario@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 27964). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820 - DATE_ATOM: 2022-01-03T09:41:55-03:00

03 Jan 2022, 10:44:14

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472 Assinou Email: agemar@agemar.com.br. IP: 201.48.15.193 (201-048-015-193.static.ctbctelecom.com.br porta: 49754). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI Multipla,OU=A3,CN=MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472. - DATE_ATOM: 2022-01-03T10:44:14-03:00





18 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NfP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 03 de janeiro de 2022, 11:18:49

PROCESSO
041073

03 Jan 2022, 11:08:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Assinou Email: altair@socicam.com.br, IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 47002).

Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN

RFB G2,OU=A1,CN=ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812. - DATE_ATOM: 2022-01-03T11:08:51-03:00

Folhas Nome/Rubrica

634/6

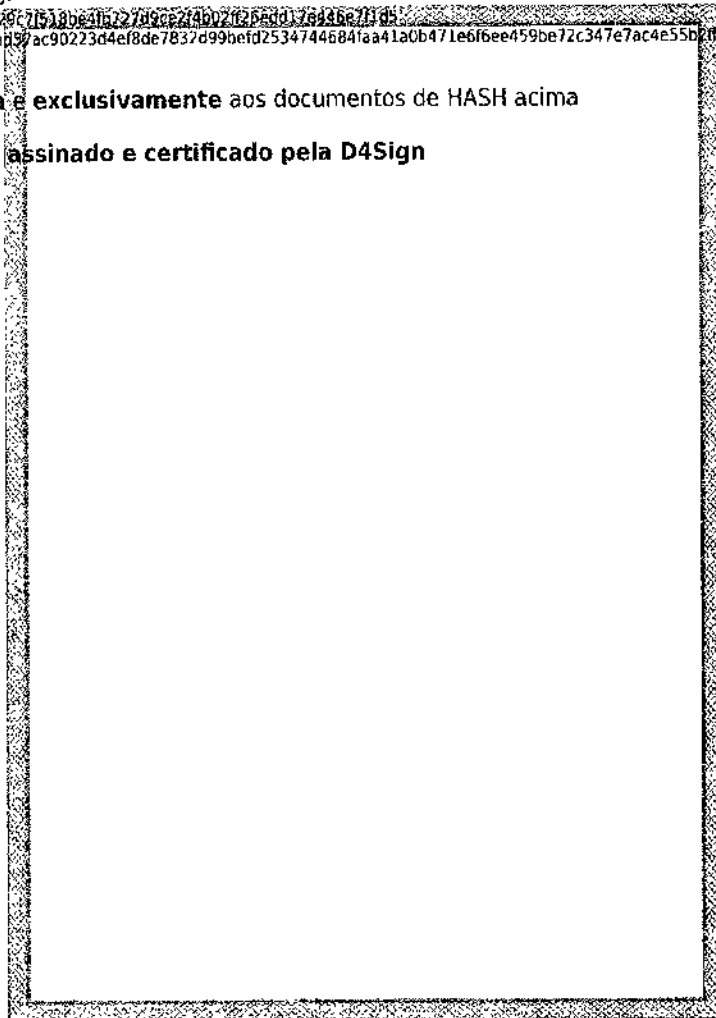
Hash do documento original

(SHA256):e800e74cbeb7ec6a71740c7f518be4f6227d9ce2f4b02f25edd176d46e7f1d8

(SHA512):d5ec80176d5f779391a39ac90223d4ef8de7837d99befd25347446841aa41a0b471e6fbee459be72c347e7ac4e55b2ff2d6bde0e25f220b34f9e08702e21f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



AL

Handwritten signature/initials.

10

11

12

ATA
02 02 22

PROCESSO	
041073	
Folhas	Numeração
635	6

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

CNPJ/MF 44.661.671/0001-79

NIRE 3530058348-5

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2022**

Data, Hora e Local: Aos 02 de fevereiro de 2022, às 16h00, na sede da **SPE Aeroportos Paulista ASP S.A.**, localizada na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Companhia**").

Presença e Convocação: Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia.

Mesa: Presidente: José Mario Lima de Freitas; Secretário: Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior.

Ordem do Dia: Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: Prestados os esclarecimentos necessários, foram discutidas, deliberadas e aprovadas, por unanimidade de votos dos presentes, sem restrições, as seguintes matérias:

1. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de retificar e incluir as recomendações de ajustes solicitadas através do Parecer CJ/ARTESP nº 24/2022, datado de 17 de janeiro de 2022, da seguinte forma: alteração do Artigo 8º, com a inclusão do Parágrafo Segundo, inclusão do Artigo 11 e renumeração dos artigos seguintes, bem como a alteração da Seção IV do Capítulo III – Da Administração, que passarão a vigorar na forma consolidada do Estatuto Social anexo.

2. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** da presente ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

JUCESP
09 02 22

Acionistas: Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., representada por José Mario Lima de Freitas e Altair Moreira de Souza Filho; e Dix Empreendimentos Ltda., representada por Manoel Carvalho Ferreira da Silva Junior.

A presente é cópia da lavrada em livro próprio.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2022.

Mesa:

José Mario Lima de Freitas
Presidente

Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior
Secretário

Acionistas:

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.
José Mario Lima de Freitas Altair Moreira de Souza Filho

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.
Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior



02/02/22

PROCESSO

041073

6736

ANEXO I

**ESTATUTO SOCIAL DA
SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO DA COMPANHIA**

Artigo 1º. A SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico, regida pelo disposto no presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia e seus Acionistas observarão o que for cabível os termos do Edital e seus anexos, em especial o Contrato de Concessão, cujo objeto é a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, a ser celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo - ARTESP, a exploração de estacionamento, e serviços auxiliares ao transporte aéreo ("Contrato de Concessão").

Artigo 2º. A Companhia tem a sede de sua administração e seu foro e domicílio jurídico na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social:

- (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com o Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo ("ARTESP");
- (ii) a exploração de estacionamento; e
- (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Parágrafo Único. Fica desde já expressamente vedada a alteração e a prática, pela

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022
Página 3 de 16

Companhia, de quaisquer atos estranhos ao objeto social, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de receitas não tarifárias, desde que relacionadas diretamente às ações objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 4º. A Companhia poderá abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em outros Municípios abrangidos pela área territorial de sua atividade fim.

Artigo 5º. A Companhia perdurará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 31.173.200,00 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais), representado por 31.173.200 (trinta e um milhões, cento e setenta e três mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$ 6.234.700,00 (seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e setecentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o saldo de R\$ 24.938.500,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser integralizado em até 120 (cento e vinte) meses contados de 03 de janeiro de 2022.

Parágrafo Primeiro. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. As ações poderão ser transferidas, observando-se a manutenção do controle. A transferência de ações que implique em alteração do controle acionário poderá ser efetivada após anuência formal da ARTESP, nos termos e condições previstas no Acordo de Acionistas e no Contrato de Concessão.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias e bônus de subscrição.

Artigo 7º. Na proporção das ações de que forem titulares, os acionistas têm preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia nos aumentos de capital, bem como para a subscrição de debêntures conversíveis e/ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações emitidas pela Companhia, ressalvado o previsto em Acordo de Acionistas vigente à época.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de qualquer das Partes receber oferta firme para alienar,

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022
Página 4 de 16

6737 C

direta ou indiretamente, suas ações a terceiro, fica assegurado às demais Partes o direito de exigir que essa alienação de ações pela Acionista Cedente englobe as Ações então detidas pelas demais Partes ("Direito de *Tag Along*"), em quantidade proporcional à da acionista cedente, caso a venda venha a se concretizar. Se a oferta de venda envolver a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia pelas acionistas controladoras, as demais Partes terão Direito de *Tag Along* para alienação da totalidade de sua participação na Companhia, observando os termos do Acordo de Acionistas.

Parágrafo Segundo. Os atos referidos nesta Cláusula ficam condicionados à prévia anuência da ARTESP, na forma e sempre que exigido pelo Contrato de Concessão.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 8º. A Administração da Companhia competirá a um Conselho de Administração e uma Diretoria com os poderes conferidos pelas disposições legais aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será unificado e pelo prazo de 03 (três) anos, sendo permitidas reeleições. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de intervenção na concessão, fica garantido o poder de decisão ao interventor nomeado pelo Poder Concedente.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 9º. O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, indicados e eleitos pelos acionistas da Companhia.

Artigo 10. São de competência do Conselho de Administração, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias, as quais deverão contar com quórum de aprovação correspondente a totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício:

- a) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022
Página 5 de 16

ANEXO A

09 02 22

natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;

- b) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- c) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, dos direitos emergentes da concessão objeto do Contrato de Concessão, dos direitos creditórios relativos à contraprestação pecuniária paga pelo Poder Concedente à Companhia e dos direitos creditório relativos a eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente à Companhia no caso de extinção antecipada do Contrato de Concessão;
- d) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos Acionistas;
- e) A eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- f) A contratação de empréstimos, linha de crédito ou mútuos ou a assunção de compromissos pela Companhia que impliquem ou requeiram a outorga de garantias (tais como fianças, avais, hipotecas, etc.) e/ou o suporte financeiro ou de qualquer tipo por parte das acionistas, seja individualmente ou coletivamente, incluindo garantias bancárias, cartas de crédito ou qualquer outro mecanismo de suporte financeiro ou operacional;
- g) Escolha e destituição dos auditores independentes;
- h) Sugestão à Assembleia Geral para deliberação a respeito da mudança nas datas de início e encerramento do exercício social;
- i) Proposição para a Assembleia Geral da oferta das Ações em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão Organizado, bem como a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Companhia;

PROCESSO

041075

Folhas	Nome/Fabrica
--------	--------------

- j) Aprovar a alienação e/ou aquisição de bens do ativo não circulante da Companhia, ou a este destinados, nos termos do Acordo de Acionistas;
- k) A celebração de contratos para cobertura (hedge) de variações cambiais, inflacionárias ou de renda fixa a favor da Companhia, de qualquer espécie;
- l) Qualquer alteração em contratos de financiamento realizados pela Companhia;
- m) A rescisão de contratos ou quaisquer outros negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer acionista, controladores diretos ou indiretos das acionistas ou sócios das acionistas;
- n) Propor à Assembleia Geral o modo de pagamento de dividendos intercalares ou intermediários;
- o) Submeter à Assembleia Geral o plano de negócios, os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- p) Deliberar sobre o aumento de capital, desde que mediante a emissão de ações exclusivamente ordinárias, em tudo idênticas àquelas já emitidas;
- q) Deliberar sobre a abertura e encerramento de filiais; e
- r) A criação de órgãos de apoio à Administração da Companhia.

Artigo 11. É expressamente proibida a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes da concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 12. O Conselho de Administração reunir-se-á bimestralmente, sob forma ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente. Das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio.

Parágrafo Primeiro. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita (i) a interação em tempo real entre todos os participantes e (ii) a confirmação da identidade de cada conselheiro então

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022

QUORUM

09 03 22

presente, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho ou, na sua ausência, ao presidente da reunião do Conselho escolhido pelos presentes, por carta ou correio eletrônico, logo após o término da reunião.

Parágrafo Segundo. O presidente da reunião lavrará ata que deverá ser circulada a cada um dos conselheiros que deverão assinar uma via e enviar ao Presidente do Conselho de Administração. As deliberações que não tiverem efeitos sobre terceiros serão arquivadas na sede da Companhia, dispensando o arquivamento no Registro do Comércio.

Parágrafo Terceiro. As convocações serão feitas pelo Presidente, sempre por escrito, por e-mail ou correspondência, e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, sendo dispensadas as formalidades da convocação sempre que todos os conselheiros estiverem presentes.

Parágrafo Quarto. Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, caberá ao acionista que indicou e elegeu o membro do Conselho nomear novo Conselheiro para a posição do Conselheiro que houver deixado o Conselho de Administração.

Seção III - Diretoria

Artigo 13. A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) diretores, sendo um Diretor Presidente e o outro Diretor Administrativo-Financeiro, com funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Artigo 14. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, conselheiro ou acionista que a envolver em obrigações relativas a negócios estranhos ao objeto social, tais como, exemplificativamente, a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, salvo em caso de aprovação na forma deste estatuto.

Artigo 15. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral.

Artigo 16. Observado o disposto neste artigo, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas

DUPLICATA
09 02 22

PROCESSO

041073

Folhas 6739 Nome/Rubrica

federais, estaduais e municipais, abertura e encerramento de filiais e a assinatura de contratos de qualquer natureza, títulos de crédito em geral, ordens de pagamento ou quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados por:

- (a) 02 (dois) Diretores, em conjunto;
- (b) 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador; ou
- (c) 02 (dois) procuradores devidamente constituídos pela Companhia, com poderes específicos para a prática de atos determinados.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas pelos Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão período de, no máximo, 01 (um) ano.

Seção IV - ARTESP Agência de Transporte do Estado de São Paulo

Artigo 17. Dependem de prévia anuência da ARTESP, sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato de Concessão e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos:

- (a) Alteração deste Estatuto Social, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior a ARTESP;
- (b) Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique em transferência de controle;
- (c) Celebração de acordo de acionistas, emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações, desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário, direta ou indiretamente;
- (d) Alienação do controle ou transferência da Companhia, operacionalizada pelos financiadores e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da Companhia;
- (e) Criação de subsidiárias, inclusive para exploração de atividades que gerem receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados;

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022
Página 9 de 16

DUCEAP
09 02 22

- (f) Redução do capital social da Companhia para valor inferior ao mínimo exigido no Contrato de Concessão;
- (g) Contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionados ao Contrato de Concessão;
- (h) Contratação de financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, ou outra operação de dívida contratada pela Companhia, que prevejam oferta de direitos emergentes da concessão, ou das ações representativas do controle da Companhia em garantia;
- (i) Ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela própria Companhia;
- (j) Alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens reversíveis, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (k) Realização de obras e adequações nos aeroportos integrantes do Complexo Aeroportuário, no caso em que estas possam gerar o rebaixamento da categoria de classificação de tais bens;
- (l) Concessão de empréstimos e financiamentos pela Companhia aos seus acionistas, partes relacionadas ou a terceiros; e
- (m) Prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia pela Companhia em favor de seus acionistas, partes relacionadas ou de terceiros.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 18. A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á na sede social, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício e, extraordinariamente, sempre que for convocada.

Parágrafo Único. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, o qual convidará um dos presentes para servir como Secretário.

ATA DA
09 02 22

PROCESSO

041073

Folhas Nome/Rubrica

6740/6

Artigo 19. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação das acionistas.

Artigo 20. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão instaladas com a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social.

Artigo 21. Respeitados os quóruns legais para convocação e instalação das Assembleias, as deliberações sociais proferidas serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes em Assembleia Geral, não se computando os votos em branco, ressalvada a hipótese do Artigo 22 abaixo.

Artigo 22. Exigirão quórum de aprovação especial de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social, as deliberações que digam respeito às seguintes matérias:

- a) Aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos Administradores da Companhia;
- b) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;
- c) Qualquer alteração da política de dividendos e reservas da Companhia;
- d) Alteração, aumento ou redução do capital social da Companhia;
- e) Grupamento, bonificação ou desdobramento das Ações;
- f) Recompra, resgate, cancelamento ou amortização de Ações, bem como qualquer negociação ou aquisição, com suas próprias Ações ou outros valores mobiliários de sua emissão;
- g) Emissão, alteração, recompra, resgate, cancelamento ou amortização de debêntures, bônus de subscrição e/ou de outros títulos ou valores mobiliários ou direitos relativos às Ações ou à Companhia, sendo vedado à Companhia emitir partes beneficiárias;
- h) Toda e qualquer reestruturação societária que ocorra em uma ou mais transações, incluindo, mas não se limitando, a qualquer operação e transformação, fusão, incorporação e cisão (inclusive qualquer subscrição ou transferência de ações que resulte em mudança de controle da Companhia e qualquer decisão relacionada à

aceitação de proposta de terceiro nesse sentido), sua dissolução e liquidação (e cessação do estado de liquidação), eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas destes;

i) Pedido de falência, insolvência, extinção ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou outros institutos similares;

j) Fixação e alterações na política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia;

k) Quaisquer alterações no Contrato de Concessão, desde que a alteração não decorra do exercício de prerrogativas legais conferidas à Administração para realização de alterações contratuais;

l) Prorrogação do Contrato de Concessão, bem como o prazo dessa prorrogação, desde que a prorrogação não decorra do exercício de prerrogativa legal ou contratual conferida à Administração para tanto;

m) O pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio ("JCP") aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da legislação e regulamentações vigentes;

n) Aprovação do Orçamento Anual da Companhia;

o) Operações com Partes Relacionadas dos acionistas da Companhia;

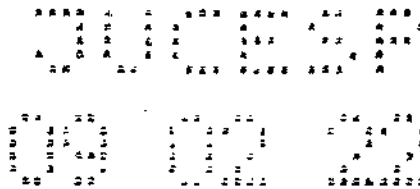
p) Aprovação do plano de negócios, os planos de trabalho, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;

q) Modificação das funções da Diretoria e do Conselho de Administração;

r) Designação e destituição dos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;

s) Modificação dos parâmetros do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia;

t) Propositura de demanda em face da ARTESP e/ou do Poder Concedente;



PROCESSO

041073

67411/6

u) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, de Ações da Companhia, independentemente do valor envolvido na operação;

v) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em orçamento previamente aprovado pelos acionistas;

w) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

x) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

y) Qualquer negócio ou operação entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma das Acionistas, seus controladores, suas controladas, afiliados ou coligadas; e

z) Demais matérias do artigo 136 da Lei nº 6.404/76 não expressamente indicadas acima.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS

Artigo 23. O exercício social coincidirá com o ano civil. As demonstrações financeiras, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Artigo 25. O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A. de 02/02/2022
Página 13 de 16

24Sign e1ef9750-a63d-499c-993c-bc452b25022c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.e4sign.com.br/verificar>.
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/03, Art. 10º, §2.

02/02/22

PROCESSO

041073

Folhas

Número

6742

lei e seus membros receberão os honorários que foram fixados pela Assembleia que os eleger, respeitados os mínimos legais.

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 34. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35. A Companhia estará sempre vinculada ao disposto no Contrato de Concessão, à documentação apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que disser respeito à execução dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Artigo 36. A Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas devidamente firmadas pelos acionistas que deverá ser arquivado na sede social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas.

Artigo 37. Aplicam-se aos casos omissos as disposições legais vigentes.

Artigo 38. Todos os conflitos oriundos deste estatuto deverão ser resolvidos por arbitragem pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil ("CAMARB"), devendo esta ser realizada de acordo com a lei brasileira, especialmente a Lei Federal nº. 9307 de 23 de setembro de 1997, e de acordo com seu regulamento interno.

Parágrafo Primeiro. A arbitragem será conduzida em português e por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pelo reclamante, 1 (um) pelo reclamado e o terceiro, que atuará como presidente do painel de arbitragem, será nomeado pelos dois árbitros nomeados por reclamante e reclamado. Em caso de haver mais de um reclamante ou mais de um reclamado, os reclamantes em conjunto e os reclamados em conjunto nomearão cada um deles um árbitro. Na hipótese de os árbitros nomeados pelas partes não conseguirem chegar a um acordo sobre a escolha do presidente ou se ficar caracterizada a arbitragem multipartes, com pluralidade de lides distintas entre as várias partes, a nomeação dos árbitros se dará pelo presidente do Centro de Arbitragem no prazo estabelecido pelas referidas normas de arbitragem. O local de arbitragem será no

AVISO Nº
09 02 22

município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Segundo. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões relativas à arbitragem acima prevista, inclusive medidas coercitivas ou cautelares antes da instauração da arbitragem, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.



13 páginas - Dados e arquivos baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 04 de fevereiro de 2022,
09:15:03

br

2022 02 02 SPE Aeroportos Paulista - AGE Alterações ARTESP e Estatuto Consolidado pdf

Código do documento e9fe9f50-a63d-499c-993e-bc462b26022e



Assinaturas

ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Certificado Digital

altair@socicam.com.br

Assinou como parte

JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820

Certificado Digital

josemario@socicam.com.br

Assinou como parte

MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472

Certificado Digital

agemar@agemar.com.br

Assinou como parte

PROCESSO

041073

Folhas

Nome do processo

6743

6

Eventos do documento

03 Feb 2022, 12:23:28

Documento e9fe9f50-a63d-499c-993e-bc462b26022e **criado** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T12:23:28-03:00

03 Feb 2022, 13:01:11

Assinaturas **iniciadas** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T13:01:11-03:00

03 Feb 2022, 13:53:44

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472 **Assinou como parte** Email: agemar@agemar.com.br. IP: 201.48.15.193 (201-048-015-193.static.ctbctelecom.com.br porta: 61840). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472. - DATE_ATOM: 2022-02-03T13:53:44-03:00

03 Feb 2022, 14:28:08

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820 **Assinou como parte** Email: josemario@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 47832). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820. - DATE_ATOM:



18 páginas - Dados e funcionários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o CNTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificação de assinaturas gerado em 04 de fevereiro de 2022,
09:15:03

2022-02-03T14:28:08-03:00

04 Feb 2022, 09:14:30

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Assinou como parte Email: altair@socicam.com.br. IP: 179.191.67.122 (mvx-179-191-67-122.mundivox.com
porta: 8276). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC
DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812. - DATE_ATOM:
2022-02-04T09:14:30-03:00

Hash do documento original

(SHA256):d82b585fec9eae2a1f68d94fdf65e05504b1b149cc7cede5bc12c5873bfe86a

(SHA512):23a3c8258f67ac9dafab11835303df23455458161b3fd90599e6be1a2c5fa94c93b666c5f5c483ca686d4f9d568c65bec11969e17edf084c50ca0a5cc1ccb69b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

PROCESSO	
041073	
Folhas	Assinaturas
6744	6

ACORDO DE ACIONISTAS

DA

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

celebrado entre

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

e

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.

Em 02 de fevereiro de 2022.

Página 1 de 23

ACORDO DE ACIONISTAS

Pelo presente instrumento,

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.396.296/0001-69, com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, conjunto 82, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**SOCICAM**"); e

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.409.762/0001-05, com sede na Avenida Rio Branco, nº 243, conjunto 202, Bairro do Recife, CEP 50.030-310, município de Recife, Estado do Pernambuco, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**DIX**");

Em conjunto denominados "**Acionistas**" e, individualmente, "**Acionista**"; e, ainda, como Interviente Anuente:

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.661.671/0001-79, com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar, sala N, Consolação, CEP 01415-907, município de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Companhia**").

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A Companhia foi constituída para execução do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Ampliação, Operação, Manutenção e Realização dos Investimentos Necessários para a Exploração do Complexo Aeroportuario constituído pelos Aeroportos integrantes do Bloco Noroeste ("Contrato de Concessão"), mantido com o Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo ("ARTESP"), em decorrência da homologação, no Diário do Executivo do Estado de São Paulo de 06 de novembro de 2021, da concorrência pública aberta pelo Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021;
- (b) O capital social da Companhia encontra-se atualmente dividido em 31.173.200 (trinta e um milhões e cento e setenta e três mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais são detidas integralmente por SOCICAM e DIX; e
- (c) Os Acionistas desejam estabelecer determinados compromissos e regras que nortearão suas relações, especialmente no tocante ao exercício do direito de voto, funcionamento e administração da Companhia, fixando os direitos e deveres de cada um na condição de Acionista da Companhia.

Os Acionistas resolvem, de comum acordo, firmar o presente Acordo de Acionistas ("Acordo"; "Acordo de Acionistas"), para regulamentar o relacionamento das Acionistas, estabelecendo para tanto os termos e condições a que estarão sujeitas na condução dos interesses da Companhia, conforme estabelecido neste instrumento e no respectivo estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I. OBSERVÂNCIA DO ACORDO DE ACIONISTAS PELA COMPANHIA

1.1. Este Acordo será arquivado na sede da Companhia e as suas disposições obrigarão os Acionistas e a Companhia, de forma que: (i) nenhum voto proferido em Reunião de Diretoria, Assembleia Geral ou qualquer outro órgão colegiado da Companhia contrário ao estabelecido no presente Acordo poderá ser computado como válido; e (ii) nenhuma transferência de Ações em desrespeito ao estabelecido neste Acordo poderá ser formalizada por meio de alteração do respectivo Estatuto Social.

CLÁUSULA II. AÇÕES VINCULADAS AO PRESENTE ACORDO

2.1. Encontram-se vinculadas ao presente Acordo todas e quaisquer ações da Companhia, já existentes na presente data ou que venham a ser emitidas no futuro, sejam elas subscritas pelos atuais Acionistas ou por terceiros ("Ação"; "Ações"). Os Acionistas e a Companhia comprometem-se a promover os atos necessários para que a transferência das atuais Ações ou subscrição de quaisquer novas Ações por terceiros não acionistas seja condicionada à expressa e integral adesão ao presente Acordo.

2.2. Todos os direitos dos Acionistas referentes às Ações deverão ser exercidos em conformidade com as condições estipuladas neste Acordo, sendo nulas de pleno direito as decisões tomadas em desacordo com o aqui estipulado.

CLÁUSULA III. ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA COMPANHIA

3.1. Todos os Acionistas concordam e se obrigam a: (i) votar em todas as Assembleias Gerais da Companhia ("Assembleia Geral"; "Assembleias Gerais") com todas as Ações emitidas pela Companhia que sejam, na atualidade e no futuro, de titularidade dos Acionistas ou sobre as quais os Acionistas possam exercer o direito de voto, de acordo com as disposições do presente Acordo; e (ii) atuar, em qualquer circunstância, em conformidade com as disposições deste Acordo.

3.2. A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente, sempre que necessário, nos termos previstos no Estatuto Social. A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a Lei e o Estatuto Social, tem poderes para decidir sobre todos os assuntos relativos ao objeto social da Companhia e para aprovar as resoluções que julgar necessárias para a proteção e o desenvolvimento da Companhia, sempre de acordo com o estabelecido no Estatuto Social e no presente Acordo.

3.3. Os Acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais mediante anúncio publicado por, no mínimo, 3 (três) vezes, no órgão oficial e em jornal de grande circulação, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação da matéria, devendo, referida convocação ser transmitida, também, aos e-mail de contato de cada acionista a seguir indicados:

Se para a DIX:

Jerônimo Tomóteo de Lima
jeronimo@agemar.com.br

Se para a Socicam:

Marcelo Sturlini Bisordi
marcelo.bisordi@socicam.com.br

3.3.1. Em primeira convocação, os Acionistas serão convocados com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, contando-se o prazo da data de publicação do primeiro anúncio. Em segunda convocação, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

3.3.2. Não será necessário o cumprimento das formalidades de convocação caso todos os Acionistas estejam presentes na assembleia.

3.4. A pauta da Assembleia Geral, juntamente com a cópia da documentação cujo conhecimento seja necessário para fins de deliberação, deverá ser divulgada/encaminhada aos Acionistas com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis da data da realização da Assembleia Geral.

3.5. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem a totalidade do capital social da Companhia e, em segunda convocação, em qualquer número.

3.6. **Dependerão de voto afirmativo de Acionista(s) titular(e)s de 90% (noventa por cento) do capital social da Companhia, as deliberações sociais que tratarem dos seguintes assuntos:**

- a) Aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos Administradores da Companhia;
- b) Aprovação do Orçamento Anual da Companhia;
- c) Modificação das funções da Diretoria e do Conselho de Administração;
- d) Modificação dos parâmetros do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, previstos no item 7.3;

- e) Designação e destituição dos membros do Conselho de Administração, observado o item 5.4;
- f) Fixação e alterações na política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração;
- g) Toda e qualquer reestruturação societária que ocorra em uma ou mais transações, incluindo, mas não se limitando, a qualquer operação e transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia (inclusive qualquer subscrição ou transferência de ações que resulte em mudança de controle da Companhia e qualquer decisão relacionada à aceitação de proposta de terceiro nesse sentido), sua dissolução e liquidação (e cessação do estado de liquidação), eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas destes;
- h) Qualquer alteração ao Estatuto Social;
- i) Alteração, aumento ou redução do capital social;
- j) Qualquer alteração no Contrato de Concessão, desde que a alteração não decorra do exercício de prerrogativas legais conferidas à Administração para realização de alterações contratuais;
- k) Grupamento, bonificação ou desdobramento das Ações;
- l) Recompra, resgate, cancelamento ou amortização de Ações, bem como qualquer negociação ou aquisição, com suas próprias Ações ou outros valores mobiliários de sua emissão;
- m) Emissão, alteração, recompra, resgate, cancelamento ou amortização de debêntures, bônus de subscrição e/ou de outros títulos ou valores mobiliários ou direitos relativos às Ações ou à Companhia, sendo vedado à Companhia emitir partes beneficiárias;
- n) Qualquer alteração da política de dividendos e reservas da Companhia;
- o) O pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio ("JCP") aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da legislação e regulamentações vigentes;
- p) Operações com Partes Relacionadas dos acionistas da Companhia;
- q) Aprovação do plano de negócios, os planos de trabalho e os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;

- r) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, de Ações da Companhia, independentemente do valor envolvido na operação;
- s) Prorrogação do Contrato de Concessão, bem como o prazo dessa prorrogação, desde que a prorrogação não decorra do exercício de prerrogativa legal ou contratual conferida à Administração para tanto;
- t) Qualquer negócio ou operação entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma das Acionistas, seus controladores, suas controladas, afiliados ou coligadas;
- u) Propositura de demanda em face do Poder Concedente;
- v) Pedido de falência, insolvência, extinção ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou outros institutos similares;
- w) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- x) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), desde que não previstos no Orçamento Anual da Companhia;
- y) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em Orçamento Anual previamente aprovado pelos Acionistas;
- z) Demais matérias do artigo 136 da Lei nº 6.404/76 não expressamente indicadas acima.

3.6.1. Para fins deste Acordo, "Partes Relacionadas" significa, com relação a (i) qualquer Parte que seja pessoa jurídica, direta ou indiretamente (a) qualquer outra pessoa que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada por ou esteja sob o mesmo controle que aquela determinada pessoa; (b) qualquer acionista, quotista, sócio, administrador estatutário, representante, empregado, funcionário, filial, consultor, agente, contratado, sucessor ou cessionário de referida pessoa ou das pessoas referidas no item "(a)"; e (c) qualquer cônjuge, meeiro, herdeiro, legatário ou parceiro em união estável ou equivalente das pessoas referidas nos itens "(a)" e "(b)", quando aplicável; ou (ii) com relação a qualquer parte que seja pessoa física, (a) seu cônjuge, ex-cônjuges, companheiro em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o 3º

(terceiro) grau, ascendentes e descendentes em linha reta, herdeiros testamentários, ou (b) sociedades controladas por qualquer uma das pessoas referidas no item "(a)".

3.7. O Acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador devidamente constituído há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia Geral, desde que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

3.7.1 A procuração poderá ser outorgada por instrumento particular, desde que com firma reconhecida e acompanhada dos respectivos documentos que comprovem a devida representação do Acionista no instrumento de mandato.

CLÁUSULA IV. ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva ("Diretoria Executiva") e por um Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), com os poderes conferidos pelas disposições legais aplicáveis, pelo Estatuto Social e com as disposições deste Acordo.

CLÁUSULA V. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1. O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, entre os quais um será seu Presidente e outro seu Vice-Presidente, todos com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição ("Conselheiro"; "Conselheiros").

5.2. Ao membro do Conselho de Administração não é admitido, no exercício de suas funções, fazer-se representar por terceiros.

5.3. Os Conselheiros não farão jus a remuneração específica, indicada pelos Acionistas.

5.4. Cada Acionista indicará 01 (um) membro para o Conselho de Administração, devendo todos os Acionistas, obrigatoriamente, votar em Assembleia Geral favoravelmente à nomeação do Conselheiro indicado.

5.4.1. O terceiro Conselheiro será indicado, em comum acordo, pelos Acionistas. Em consequência, os Acionistas obrigam-se a votar em Assembleia Geral favoravelmente à nomeação do Conselheiro indicado pelos respectivos Conselheiros representantes de cada acionista.

5.5. A destituição do Conselheiro será possível por decisão conjunta dos Acionistas, observado parecer técnico de recomendação formulado pelo próprio Conselho de Administração que deverá justificar a destituição ou não do Conselheiro. Fica ressalvada

a possibilidade de substituição do Conselheiro indicado pelo Acionista a exclusivo critério daquele que o indicar, sem que o outro Acionista tenha direito a se opor.

5.6. Os Acionistas obrigam-se a pedir a destituição de Conselheiro por ele indicado se o mesmo Conselheiro deixar de cumprir as disposições do presente Acordo ou de obedecer à orientação de voto dado em conformidade com este Acordo. Eventuais deliberações que tenham sido tomadas em desacordo com tal orientação serão nulas e de nenhum efeito, independentemente de declaração judicial nesse sentido.

5.7. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da totalidade dos Conselheiros e, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, no Estatuto Social ou neste Acordo de Acionistas, as suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos Conselheiros, cabendo a cada membro o direito a um voto. Em caso de empate, as deliberações positivas serão consideradas não aprovadas.

5.8. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Celebração de contratos, empréstimos e financiamentos bancários, de qualquer natureza, a serem firmados pela Companhia que representem, por contratação, endividamento em virtude das obrigações assumidas cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- b) Alienação ou aquisição de bens cujo valor seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas;
- c) Oferecimento em garantia, nos contratos de financiamento, dos direitos emergentes da concessão objeto do Contrato de Concessão, dos direitos creditórios relativos à contraprestação pecuniária paga pelo Poder Concedente à Companhia e dos direitos creditório relativos a eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente à Companhia no caso de extinção antecipada do Contrato de Concessão;
- d) Aquisição de bens necessários ao desenvolvimento da atividade social ou aprovação de despesas cujo valor seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em uma mesma operação ou uma série de operações relacionadas, que não estejam previstos em Orçamento Anual previamente aprovado pelos acionistas;
- e) A eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- f) A contratação de empréstimos, linha de crédito ou mútuos ou a assunção de compromissos pela Companhia que impliquem ou requeiram a outorga de garantias (tais como fianças, avais, hipotecas, etc.) e/ou o suporte financeiro ou

de qualquer tipo por parte das acionistas, seja individualmente ou coletivamente, incluindo garantias bancárias, cartas de crédito ou qualquer outro mecanismo de suporte financeiro ou operacional;

- g) Escolha e destituição dos auditores independentes;
- h) Sugestão à Assembleia Geral para deliberação a respeito da mudança nas datas de início e encerramento do exercício social;
- i) Proposição para a Assembleia Geral da oferta das Ações em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão Organizado, bem como a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Companhia;
- j) Aprovar a alienação e/ou aquisição de bens do ativo não circulante da Companhia, ou a este destinados, nos termos do Acordo de Acionistas;
- k) A celebração de contratos para cobertura (hedge) de variações cambiais, inflacionárias ou de renda fixa a favor da Companhia, de qualquer espécie;
- l) Qualquer alteração em contratos de financiamento realizados pela Companhia;
- m) A rescisão de contratos ou quaisquer outros negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer acionista, controladores diretos ou indiretos das acionistas ou sócios das acionistas;
- n) Propor à Assembleia Geral o modo de pagamento de dividendos intercalares ou intermediários;
- o) Submeter à Assembleia Geral o plano de negócios, os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- p) Deliberar sobre o aumento de capital, desde que mediante a emissão de ações exclusivamente ordinárias, em tudo idênticas àquelas já emitidas;
- q) Deliberar sobre a abertura e encerramento de filiais; e
- r) A criação de órgãos de apoio à Administração da Companhia.

CLÁUSULA VI. DIRETORIA EXECUTIVA

6.1. A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta por 2 (dois) administradores, sendo um o Diretor Presidente e, o outro, o Diretor Administrativo Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração, cada qual com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição ("Diretor"; "Diretores").

6.1.1. O Diretor Presidente da Companhia será indicado de comum acordo pelos Acionistas e o Diretor Administrativo Financeiro será indicado pela Socicam.

6.1.2. Todos os Conselheiros obrigam-se a votar favoravelmente à nomeação dos Diretores indicados na forma do item 6.1.1 acima.

6.1.3. Aos Diretores competirá a prática de todos os atos para fins de orientar os negócios da Companhia voltados para o desenvolvimento, a otimização dos resultados e a criação de valor ao empreendimento.

6.1.3.1. Nos atos de gestão previstos no item 6.1.3, a representação da Companhia se dará de acordo com o Estatuto Social.

6.2. Os Diretores não farão jus à remuneração específica.

6.2.1. Caso seja necessário contratar, adicionalmente, um Diretor executivo para atuar fora das atribuições previstas acima, este fará jus a uma remuneração específica. O Diretor executivo será indicado pelo Conselho de Administração.

6.3. Será realizada trimestralmente, ao menos, uma reunião da Diretoria Executiva para discussão dos assuntos inerentes à Companhia.

6.3.1. Aos Diretores não será admitido se fazer representar por terceiros nas reuniões da Diretoria Executiva, ainda que por procurador devidamente constituído.

6.4. Os membros da Diretoria Executiva deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria Executiva sempre por escrito, por e-mail ou correspondência, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, acompanhada da ordem do dia. Não será necessário o cumprimento das formalidades de convocação caso todos os membros da Diretoria Executiva estejam presentes na reunião.

6.5. Cada Diretor deverá apresentar, mensalmente, prestação de contas ao Conselho de Administração relativamente às atividades desenvolvidas durante o mês, tanto em relação às atividades específicas de cada área (Administração de Terminais de Transporte de Passageiros/Transporte de Cargas) quanto em relação às demais atividades.

6.6. Observado o disposto neste artigo, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, abertura e encerramento de filiais e a assinatura de contratos de qualquer natureza, títulos de crédito em geral, ordens de pagamento ou quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados por:

- (a) 02 (dois) Diretores, em conjunto;
- (b) 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador; ou
- (c) 02 (dois) procuradores devidamente constituídos pela Companhia, com poderes específicos para a prática de atos determinados.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas pelos Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão período de, no máximo, 01 (um) ano.

6.7. Até o dia 31 de outubro de cada ano, a Diretoria submeterá à Assembleia Geral a proposta do plano de negócios ("**Plano de Negócios**"), que conterá uma descrição da estratégia e projeções dos dados econômico-financeiros, operacionais, logísticos e comerciais da Companhia, e orçamento anual ("**Orçamento Anual**") da Companhia, em linha com o Plano de Negócios em vigor. O Plano de Negócios e o Orçamento Anual deverão ser preparados e apresentados anualmente para aprovação em Assembleia Geral. Caso o Plano de Negócios e/ou o Orçamento Anual não sejam aprovados pela Assembleia Geral até o início do exercício social seguinte, os anteriores, devidamente atualizados pelo IPCA, permanecerão em vigor.

CLÁUSULA VII - DA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS E NOVOS NEGÓCIOS

7.1. A Companhia terá como elemento de gestão, de estrita observância por seus Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) um orçamento anual, refletindo e detalhando as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, as inversões com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a administração da Companhia considerar necessários.

7.2. As partes se comprometem a orientar seu Conselho de Administração e Diretores de acordo com os seguintes princípios e objetivos:

- a) A Companhia deverá manter padrão de qualidade compatível com o exigido pelas autoridades competentes e buscar gradativamente atingir padrões mais elevados, correspondentes com os praticados por empresas do mesmo segmento econômico, reconhecidamente eficiente;
- b) As partes, na qualidade de Acionistas da Companhia, bem como a própria Companhia, agirão sempre de forma compatível com os mais elevados padrões éticos em suas respectivas atividades;
- c) As partes se conduzirão com lealdade à Companhia, abstendo-se de praticar, por si, por suas controladoras, controladas ou por empresa que esteja sob controle comum com as mesmas, atos que possam implicar conflito de interesses com a Companhia, comprometendo-se a comunicar uma à outra a existência de qualquer circunstância que possa conduzir a tal conflito, entendendo-se por conflito de interesses, para os fins do presente Acordo, toda

situação que implique em recebimento de vantagem por uma parte em detrimento da Companhia ou da outra parte; e,

d) A Companhia, seus Administradores e Acionistas buscarão satisfazer todas as exigências contidas no Contrato de Concessão, abstendo-se de praticar todo e qualquer ato que possa ser considerado contrário às obrigações assumidas pelas partes no referido Contrato de Concessão.

7.3. Os Acionistas acordam que caberá à SOCICAM, mediante contratação específica (Contrato de Prestação de Serviços de Gestão), as atribuições a seguir discriminadas:

- a) Cobrar, administrar e prestar contas à Companhia sobre as receitas tarifárias e não tarifárias;
- b) Contratação de pessoal em nome Companhia incluindo: (i) fornecimento de treinamento e capacitação; (ii) supervisão; (iii) elaboração da política salarial; e (iv) estruturação do organograma dos funcionários que exercerão as atividades necessárias;
- c) Gestão comercial de ocupação dos espaços da área de concessão, sua locação e administração dos respectivos contratos;
- d) Gestão institucional da Companhia;
- e) Realizar tarefas administrativas para a Companhia, incluindo contabilidade, pessoal, fiscal, jurídica, técnica, arquivo, secretaria, controle financeiro; e

7.3.1. A SOCICAM será remunerada pela prestação do serviço de administração mediante os parâmetros a seguir descritos, desde já aceitos e ajustados pelos Acionistas.

7.3.2. Pela prestação dos serviços de administração, a SOCICAM será remunerada mensalmente em função do desempenho do empreendimento, ficando estipulada sua participação em 15% (quinze por cento) sobre o resultado operacional da concessão, definido como descrito na tabela a seguir:

RECEITA TOTAL (A):

Receitas Tarifárias

Receitas Não Tarifárias

Demais receitas operacionais, comerciais e de empreendimentos associados advindas da exploração dos serviços.

(-) IMPOSTOS SOBRE A RECEITA (B)

(=) RECEITA LÍQUIDA TOTAL (C = A – B)

(-) GASTOS TOTAIS (D)

Custos Operacionais

Despesas Operacionais e Gerais

Demais custos operacionais, despesas operacionais ou administrativas referentes a concessão

(=) **RESULTADO OPERACIONAL (C-D)**

7.3.3. A remuneração será devida desde o início do Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente, sempre que apurado em determinado mês resultado operacional positivo, independentemente da data de assinatura do Contrato de Administração entre a Companhia e a SOCICAM (ou empresa integrante do grupo SOCICAM), o qual será elaborado de acordo com as boas normas jurídicas e refletirá as condições supra, já aceitas pelos Acionistas.

7.3.4. A SOCICAM deverá informar qual CNPJ será o destinatário dos recursos acima descritos.

7.3.5. Os Acionistas deverão observar o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, prevista na Cláusula 26.10 do Contrato de Concessão.

7.4. **Novos Negócios.** Caso surja uma oportunidade de novo negócio nos aeroportos explorados pela Companhia, através ou de participação em processos licitatórios junto ao Poder Concedente, tal oportunidade deverá ser levada obrigatoriamente à deliberação em sede de Assembleia Geral cuja realização dependerá necessariamente da presença de ambas as Acionistas. Caso qualquer uma das Acionistas vote contra a exploração do novo negócio pela Companhia ou se abstenha na deliberação, caberá poder à outra Acionista, por si, optar ou não por explorar o referido novo negócio de forma independente.

CLÁUSULA VIII. ALIENAÇÃO DAS AÇÕES

8.1. Os Acionistas terão direito de preferência na aquisição das Ações dos outros Acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, excluindo, para tanto, o percentual de participação do Acionista que estiver ofertando suas Ações ("**Acionista Alienante**"; "**Acionistas Alienantes**"), por ocasião da transferência das Ações ("**Direito de Preferência**").

8.2. O Acionista Alienante que desejar transferir, total ou parcialmente, Ações da Companhia deverá observar o seguinte procedimento:

- a) Obter, como condição para transferência - total ou parcial - de suas Ações, autorização expressa e por escrito da ARTESP;
- b) O bloco de Ações deverá, primeiramente, ser oferecido aos outros Acionistas ("**Acionista Remanescente**"; "**Acionistas Remanescentes**"), que terão preferência para a sua aquisição, na mesma proporção de suas participações societárias, excluindo, para tanto, o percentual de participação do Acionista Alienante; o Acionista Alienante informará os Acionistas Remanescentes, por escrito, a quantidade das Ações ofertadas, o preço e condições da alienação e o nome e a identificação do terceiro interessado na sua aquisição;

- c) Os Acionistas Remanescentes terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da oferta do bloco de Ações para aceitá-la, tal como formulada, considerando-se recusada a oferta se não houver aceitação dentro do prazo ou se apresentada contraproposta;
- d) Vindo a ser aceita a oferta por todos os outros Acionistas, a transferência das Ações deverá efetivar-se nos 15 (quinze) dias seguintes ao encerramento do prazo de 30 (trinta) dias acima referido;
- e) Se a oferta for aceita apenas por um ou alguns dos Acionistas Remanescentes, será reaberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os Acionistas Remanescentes que tenham aceitado a oferta manifestem seu interesse na aquisição do restante das Ações oferecidas; e
- f) Se os Acionistas Remanescentes não aceitarem a oferta de venda de todo o bloco de Ações, o Acionista Alienante poderá vender aquelas Ações ao terceiro interessado, nas condições da oferta, dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes; decorrido esse prazo, a oferta deverá ser renovada aos Acionistas.

8.2.1. Para o efeito dos procedimentos previstos no item 8.1 acima incidirá sobre o valor da oferta correção pela SELIC.

8.3. Será nula a alienação de Ações sem a observância integral do disposto nesta Cláusula.

CLÁUSULA IX. DIREITO DE VENDA CONJUNTA (TAG ALONG)

9.1. Sem prejuízo do Direito de Preferência previsto neste Acordo, caso qualquer Acionista deseje realizar a Transferência do Controle, direta ou indireta, será garantido ao Acionista remanescente o direito de exigir, que até a totalidade das Ações detidas por ele, a seu exclusivo critério, seja incluída na Transferência, pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e nas mesmas condições da oferta feita pelo terceiro ("**Terceiro Comprador**") ("**Direito de Venda Conjunta**").

9.2. O Acionista que recebeu a oferta do Terceiro Comprador ("**Acionista Ofertado**") deverá notificá-lo de que a venda de suas Ações está condicionada ao cumprimento do disposto nesta Cláusula, sob pena de nulidade do negócio jurídico.

9.3. O Acionista Ofertado também deverá notificar por escrito o outro acionista que possui interesse em realizar a venda conjunta ("**Acionista Remanescente**"), informando-o de todas as condições e termos da oferta inclusive o valor por Ação a ser pago pelo Terceiro Comprador ("**Notificação de Tag Along**").

9.4. No prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da Notificação de Tag Along, o Acionista Remanescente terá o direito de: (a) exercer o Direito de Preferência; ou (b) exercer o Direito de Venda Conjunta.

9.4.1. A falta de manifestação no prazo previsto no item 9.4 ou a manifestação intempestiva será considerada como renúncia ao seu exercício. Nesse caso, as Ações do Acionista Ofertado poderão ser livremente alienadas ao terceiro interessado, caso não tenha sido exercido o Direito de Preferência pelo Acionista Remanescente.

9.4.2. O Acionista Remanescente obriga-se a praticar todos os atos necessários para concretizar o Direito de Venda Conjunta, caso opte por exercê-lo.

9.5. Uma vez exercido o Direito de Venda Conjunta na forma prevista nesta Cláusula, o lote de Ações a ser vendido ao terceiro interessado, pelo mesmo preço por Ação e nas mesmas condições constantes da oferta, será dividido proporcionalmente entre as Ações do Acionista Ofertado e as Ações do Acionista Remanescente, sob pena de nulidade da transação.

9.6. Exercido o Direito de Venda Conjunta, a transferência das Ações de propriedade do Acionista Ofertado e das Ações do Acionista Remanescente será efetivada em até 90 (noventa) dias após o término do prazo do exercício do Direito de Venda Conjunta, previsto no item 9.4 acima. Caso contrário, todo o procedimento estabelecido nesta Cláusula deverá ser reiniciado.

9.7. Qualquer alteração nas condições de alienação indicadas na oferta para aquisição aceita pelo Acionista Ofertado até a data da efetivação da alienação das respectivas Ações configurará nova e distinta oferta, que somente poderá ser efetivada após nova oferta ao Acionista Remanescente, nos mesmos termos e condições previstos nesta Cláusula.

9.8. A Companhia e os Acionistas ficam obrigados a praticar todos os atos necessários para realizar as operações contempladas nesta Cláusula de maneira tão rápida e eficiente quanto possível.

9.9. Tanto a operação pretendida pelo Acionista Ofertado como o exercício do Direito de Venda Conjunta por parte do Acionista Remanescente estão condicionados à prévia aprovação do Poder Concedente. Caso o Poder Concedente não autorize a cessão para terceiro nos termos pretendidos pelo Acionista Ofertado, a operação deverá ser abortada. Não obstante, caso a não autorização se relacione, exclusivamente, à venda pelo Acionista Remanescente nos termos desta Cláusula IX, ficará prejudicado o exercício do Direito de Venda Conjunta, sem prejuízo da realização da operação originalmente pretendida pelo Acionista Ofertado e autorizada pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA X. DIREITO DE EXIGIR A VENDA (DRAG ALONG)

10.1. Sem prejuízo do Direito de Preferência e do Direito de Venda Conjunta, caso qualquer dos Acionistas ("**Acionista Ofertado**") obtenha de um comprador potencial uma oferta firme e de boa-fé para aquisição da totalidade das Ações da Companhia, e

desde que Acionistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital da Companhia aceitem referida oferta, o Acionista Ofertado poderá exigir que o outro Acionista ("**Acionista Remanescente**") aliene a totalidade de suas Ações para o terceiro interessado, pelo mesmo preço e sob os mesmos termos e condições oferecidos pelo terceiro interessado ao Acionista Ofertado ("**Direito de Exigir a Venda**").

10.2. Nesta hipótese, a oferta deverá desde logo prever expressamente o exercício do Direito de Exigir a Venda, condicionado exclusivamente ao não exercício do Direito de Preferência pelo Acionista Remanescente.

10.3. O exercício do Direito de Exigir a Venda está condicionado à prévia aprovação, pelo Poder Concedente, da operação pretendida pelo Acionista Ofertado e da transferência do controle societário da Companhia nos termos da oferta recebida.

CLÁUSULA XI. ONERAÇÃO DE AÇÕES

11.1. Desde que necessário ao desenvolvimento das atividades da Companhia e a operação seja aprovada em Assembleia Geral nos termos deste Acordo, as Ações da Companhia poderão ser dadas em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, observado o disposto no Contrato de Concessão quanto à prévia autorização da ARTESP.

11.2. Na hipótese de a Companhia não conseguir arcar com suas obrigações e as Ações dadas em garantia forem objeto de penhora, arresto ou qualquer outra constrição judicial ou extrajudicial, o Acionista garantidor terá direito de regresso contra os demais Acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

11.3. Na hipótese do item 11.1 acima, deve haver ciência inequívoca e concordância expressa do beneficiário da garantia a respeito do Direito de Preferência, bem como das disposições constantes do Contrato de Concessão, sobretudo em casos de previsão da venda extrajudicial das Ações. Mesmo autorizada, em nenhuma circunstância a instituição do ônus poderá conter qualquer restrição ao direito de voto do Acionista ou contrariar o disposto neste Acordo.

11.4. Na hipótese de haver penhora das ações de emissão da Companhia por força de ordem judicial, o Acionista que tiver suas ações penhoradas deverá emvidar seus melhores esforços para substituir o objeto da penhora por outro bem.

CLÁUSULA XII. APURAÇÃO DE HAVERES E LIQUIDAÇÃO DE AÇÕES

12.1. Em caso de dissolução, total ou parcial da Companhia, por morte, exclusão, retirada ou qualquer outra hipótese, será determinado o levantamento de um balanço especial, no qual serão computados todos os bens, direitos e obrigações da Companhia, inclusive em observância às provisões e reservas admitidas pela legislação tributária,

comercial e contábil, para fins de apuração do patrimônio líquido da Companhia e, com base na participação do Acionista que deixará de compor o quadro social, determinação dos haveres a serem pagos.

12.2. A liquidação dos haveres será quitada em até 24 (vinte e quatro) vezes, em prestações mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 30 (trinta) dias contados da data da anotação em livro próprio e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes, todas corrigidas pelo IPCA.

CLÁUSULA XIII. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

13.1. Os Acionistas serão remunerados única e exclusivamente por meio da distribuição do lucro líquido apurado pela Companhia, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários.

CLÁUSULA XIV. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ACIONISTAS

14.1. Na hipótese de configuração de responsabilidade solidária entre os Acionistas e a Companhia - para fins de reparação de danos suportados pelo Poder Concedente, usuários dos aeroportos contemplados no Contrato de Concessão ou quaisquer terceiros - que faça com que um dos Acionistas tenha seu próprio patrimônio afetado ("Acionista Afetado") para adimplemento de obrigação de responsabilidade do outro Acionista ("Acionista Inadimplente"), aplica-se o disposto nesta Cláusula.

14.2. O valor desembolsado - voluntária ou obrigatoriamente - pelo Acionista Afetado deverá ser restituído pelo Acionista Inadimplente, no valor proporcional à participação do Acionista Afetado no capital social da Companhia, em até 10 (dez) dias contados da data do desembolso do valor (ainda que parcialmente) pelo Acionista Afetado, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

14.3. Recomposição Integral. O valor desembolsado estabelecido neste Capítulo 14 abrangerá: (i) correção do valor da perda, pelo IPCA, ou por outro índice ou taxa que venha a substituí-lo na sua falta ou inaplicabilidade, da data em que a mesma for incorrida até a data de seu efetivo pagamento; (ii) todos os tributos, contribuições e outros encargos incorridos pelo Acionista Afetado, em virtude do recebimento dessa indenização; e (iii) toda e qualquer nova perda incorrida pelo Acionista Afetado, de modo que, em qualquer hipótese, o Acionista beneficiário da indenização seja recomposto à situação que este estaria caso a perda não tivesse sido incorrida.

14.4. O não pagamento de qualquer parcela a que se refere o item 14.2 acima na data de vencimento sujeitará o Acionista Inadimplente ao pagamento do valor desembolsado acrescido, além dos juros remuneratórios a que se refere o item 14.3 supra, de multa de mora em 10% (dez por cento) e juros de mora em 1% (um por cento), ambos encargos incidentes sobre a parcela em atraso.

CLÁUSULA XV. CAPITALIZAÇÕES FUTURAS

15.1. Em caso de futura capitalização da Companhia, com investimento pelos próprios Acionistas, que resulte em aumento de capital com a emissão de novas ações a serem subscritas pelos Acionistas, é garantido a cada um dos Acionistas o direito de participar da rodada de investimentos na proporção de sua participação no capital social da Companhia.

CLÁUSULA XVI. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

16.1. Acionista Inadimplente. Será considerado inadimplente o Acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação decorrente deste Acordo ("**Acionista Inadimplente**"). Os Administradores deverão prontamente comunicar à Companhia sobre quaisquer atos ou omissões de quaisquer Acionistas que constituam um descumprimento deste Acordo, sem que isso seja condição para que um Acionista seja considerado Acionista Inadimplente.

16.1.1. Consequências do Inadimplemento. Uma vez notificado pela Companhia e/ou por um Acionista prejudicado, o Acionista Inadimplente, desde que não estabelecida condição específica diversa neste Acordo, terá prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento de notificação, para remediar o inadimplemento. Na hipótese de o Acionista Inadimplente não sanar o inadimplemento no prazo indicado e, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Acordo, o Acionista Inadimplente:

(i) Terá suspensos todos os seus direitos sob o presente Acordo, permanecendo, no entanto, sujeito às obrigações e compromissos assumidos neste instrumento enquanto permanecer Acionista da Companhia; e

(ii) Estará sujeito ao direito de o Acionista prejudicado pleitear, a qualquer tempo (a) a execução específica da obrigação inadimplida, nos termos da Cláusula 17.4 abaixo; (b) a reparação de todas as perdas e danos incorridos; e (c) a caracterização da exceção de contrato não cumprido, nos termos dos artigos 476 e 477 do Código Civil.

CLÁUSULA XVII. REGISTRO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

17.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Acordo é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando os Acionistas e a Companhia, por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, nos termos deste Acordo.

17.1.1. A Companhia, por este ato, consente expressamente com as disposições deste Acordo e obriga-se a reger-se por tais disposições e a respeitá-las no curso de seus negócios. Obriga-se, ainda, a não registrar quaisquer atos praticados em violação às disposições do presente Acordo e/ou a tomar ou fazer com que sejam

tomadas todas as providências e medidas que vierem a ser necessárias ou convenientes para o cumprimento dos termos e condições deste Acordo.

17.2. Registro. A fim de assegurar a execução específica das obrigações aqui estipuladas, e garantir o conhecimento dos seus termos por quaisquer terceiros que venham a adquirir participação societária na Companhia, este Acordo será arquivado na sede da Sociedade na forma e para os fins do disposto no artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. Os Acionistas farão, ainda com que, durante toda a vigência deste Acordo, seja incluída e mantida no Estatuto Social da Companhia uma cláusula informando a sua existência e a obrigação de cumprir os seus termos.

17.3. Vedações. Os Acionistas se comprometem a não celebrar, e a Companhia, a não registrar ou reconhecer outros acordos que contrariem, implícita ou explicitamente, quaisquer disposições deste Acordo.

17.4. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Acordo serão objeto de execução específica por qualquer dos Acionistas, nos termos do artigo 118, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo de, cumulativamente, ser cobradas perdas e danos pelos Acionistas que com elas tenham que arcar em decorrência do inadimplemento das obrigações pactuadas neste Acordo. Os Acionistas não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito a qualquer tempo. Os Acionistas expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais, arbitrais ou quaisquer outros mandados semelhantes.

CLÁUSULA XVIII. CONFIDENCIALIDADE

18.1. Informação Confidencial. Os Acionistas deverão manter a confidencialidade deste Acordo e de todos os demais documentos e informações relacionados às atividades da Companhia que não sejam de conhecimento público (inclusive informações relacionadas às suas operações, estratégias, produtos, serviços, despesas, renda, lucratividade, preços, processos internos, lista de clientes e contratos) ("**Informações Confidenciais**").

18.2. Prazo de Vigência da Obrigação de Confidencialidade. A obrigação de manter sob sigilo as Informações Confidenciais será válida durante todo o prazo de vigência deste Acordo. O Acionista que se retirar da Companhia deverá manter sob sigilo as Informações Confidenciais pelo prazo adicional de 5 (cinco) anos.

18.3. Divulgação de Informações Confidenciais. A divulgação de quaisquer Informações Confidenciais por qualquer dos Acionistas a Terceiros ficará restrita aos seguintes eventos:

- (a) Determinação de entrega de Informação Confidencial por Autoridade Governamental, no Brasil ou no exterior, caso em que os Acionistas deverão notificar de imediato a Companhia para que esta possa tomar todas as medidas

necessárias para impedir, na máxima extensão possível, a divulgação de Informação Confidencial;

(b) Apresentação de Informações Confidenciais a Terceiro que esteja interessado na aquisição da participação acionária detida pelo Acionista, observada a celebração pelo respectivo Terceiro de compromisso de confidencialidade.

XIX. ARBITRAGEM

19.1. O presente instrumento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

19.2 Com exceção das controvérsias que envolvam obrigações líquidas e certas, passíveis, desde já, de execução judicial, as Partes concordam que todos os conflitos oriundos ou relacionados ao presente instrumento serão resolvidos por meio de arbitragem, incluindo, mas não se limitando a sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos ("**Controvérsia**").

19.3 A Controvérsia será submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil ("**CAMARB**") e deverá ser conduzida de acordo com o seu regulamento ("**Regulamento**"), em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

19.4 O tribunal arbitral deverá ser composto de 03 (três) árbitros, cabendo a cada uma das partes indicar um árbitro – parte requerida e parte requerente. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes conjuntamente e/ou requeridos conjuntamente deverão indicar seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, deverá ser indicado pelos outros 02 (dois) co-árbitros no prazo de 15 (quinze) dias contados da indicação do segundo árbitro. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou no caso de os 02 (dois) árbitros não chegarem a um consenso quanto à indicação do terceiro, nos termos acima dispostos, tal árbitro ou árbitros serão indicados de acordo com o Regulamento da CAMARB.

19.5 Todos os procedimentos e documentos relacionados à arbitragem serão conduzidos e/ou preparados no idioma português. A arbitragem ocorrerá na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Os árbitros decidirão com base na legislação brasileira aplicável, ficando vedado o julgamento por equidade.

19.6 As Partes concordam em empregar seus maiores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem.

19.7 A sentença arbitral será final e vinculará as Partes e seus sucessores. As Partes concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto neste Acordo.

19.8 A responsabilidade pelo pagamento dos custos e despesas relacionados à arbitragem será determinada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAMARB ou pelo tribunal arbitral.

19.9 Respeitadas as disposições deste Capítulo 19 e unicamente com o propósito de (i) viabilizar a execução específica, (ii) se obter medidas prévias, vinculativas e temporárias, (iii) se obter a instalação compulsória da arbitragem ou medidas preliminares para assegurar o status quo das partes de arbitragem em vias de se iniciar, as Partes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Qualquer medida implementada ou solicitada pelo órgão judiciário deverá ser notificada, sem demora, à CAMARB, e o tribunal arbitral poderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência.

CLÁUSULA XX. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O presente Acordo entra em vigor na presente data e permanecerá em vigor até a ocorrência de qualquer dos eventos a seguir:

(i) a SOCICAM ou a DIX deixar de ter uma participação na Companhia de, no mínimo, 5% (cinco por cento); ou

(ii) o decurso do prazo de 30 (trinta) anos contados da data de sua celebração; ou

(iii) a dissolução da Companhia.

20.2. O presente Acordo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito, na forma de aditamento, devidamente firmado pelos Acionistas.

20.3. Notificações. Todas as notificações, solicitações e demais comunicações a qualquer um dos Acionistas relacionados a este Acordo deverão ser efetuadas por escrito, com aviso de recebimento ou recibo de próprio punho pelo destinatário.

17.3.1. Independentemente do horário e data de entrega, toda e qualquer notificação, solicitação ou comunicação apenas será considerada recebida no dia útil (no local do recebimento) imediatamente posterior ao dia em que a respectiva notificação tiver sido entregue.

20.4. Alterações e Renúncias. Qualquer disposição deste Acordo só pode ser renunciada por instrumento escrito. Eventual omissão de qualquer dos Acionistas ou da Companhia não significará, em qualquer hipótese, renúncia ao exercício de um direito assegurado neste Acordo. Para a alteração deste Acordo, deverá haver a aprovação de Acionistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) do capital social.

20.5. Títulos e Subtítulos. Os títulos e subtítulos deste Acordo são somente para conveniência e não serão considerados para interpretá-lo.

20.6. Autonomia. Caso qualquer disposição contida no presente Acordo seja considerada nula, anulável, inválida ou ineficaz nenhuma outra disposição do presente Acordo será afetada em decorrência de tal fato, permanecendo estas em pleno vigor como se a disposição nula, anulável, inválida ou ineficaz não figurasse no presente instrumento. Os Acionistas deverão, de comum acordo, buscar substituir a disposição considerada nula, anulável, inválida ou ineficaz por outra disposição que reflita o desejo e intenção dos Acionistas quando da celebração deste Acordo.

20.7. Interveniente Anuente Pessoa Jurídica. A Companhia, neste ato, declara ter conhecimento e consentir com os termos e condições deste Acordo, comprometendo-se a observar fielmente todos os seus termos e condições.

20.8. Arquivamento e Averbação do Acordo. A Companhia manterá arquivada, em sua sede, uma via deste Acordo e zelará pelo seu fiel cumprimento, comunicando aos Acionistas, prontamente, fatos ou omissões que importem violação das normas aqui estabelecidas.

20.9. Sucessores e Cessionários. As disposições deste Acordo obrigam e revertem em benefício dos Acionistas contratantes e seus respectivos sucessores e cessionários. Fica ressalvado que nenhum dos Acionistas poderá ceder, delegar ou de outra forma transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações oriundos deste Acordo, salvo mediante o consentimento expresso dos demais Acionistas contratantes.

20.10. Lei de Regência. O presente Acordo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

20.11. Interpretação. Havendo qualquer conflito entre as normas contidas no Estatuto Social da Companhia e este Acordo, prevalecem as normas deste.

20.12. Vias. O presente Acordo será assinado em 3 (três) vias, cada uma das quais constituirá um original, para um só efeito, como se as assinaturas apostas tanto no original quanto nas demais vias tivessem sido apostas sobre um único e mesmo instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, os Acionistas firmam o presente Acordo de Acionistas, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2022.

Acionistas:

SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

José Mario Lima de Freitas

Altair Moreira de Souza Filho

Página 22 de 23

DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.
Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior

Interveniente Anuente:

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
Marcelo Sturlini Bisordi Augusto Ricardo von Ellenrieder

Testemunhas:

1) _____
Nome: Wanderley Galhiego Júnior
RG: 43.898.937-5 SSP/SP

2) _____
Nome: Jerônimo Timóteo de Lima
RG: 5.830.267 SSP/PE

(página de assinatura do Acordo de Acionistas da SPE Aeroportos Paulista ASP S.A. celebrado entre a Socicam Infraestrutura e Participações LTDA e Dix Empreendimentos LTDA, no dia 02/02/2022)

2022 02 02 SPE Aeroportos Paulista - Acordo de Acionistas pdf

Código do documento 06a09f03-6b12-4065-876f-3df451524b4c



Assinaturas



JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820

Certificado Digital

josemario@socicam.com.br

Assinou como parte



ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Certificado Digital

altair@socicam.com.br

Assinou como parte



MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472

Certificado Digital

agemar@agemar.com.br

Assinou como parte



MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824

Certificado Digital

marcelo.bisordi@socicam.com.br

Assinou como parte



AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800

Certificado Digital

augusto@socicam.com.br

Assinou como parte



JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454

Certificado Digital

jeronimo@agemar.com.br

Assinou como testemunha



WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Certificado Digital

galhiego@socicam.com.br

Assinou como testemunha

Eventos do documento

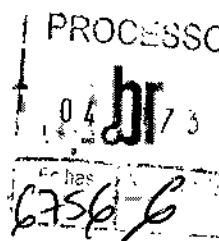
03 Feb 2022, 12:15:14

Documento 06a09f03-6b12-4065-876f-3df451524b4c **criado** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T12:15:14-03:00

03 Feb 2022, 13:01:25

Assinaturas **iniciadas** por LETICIA FLAUZINO LEITE (1d0e3a76-571b-43e7-8b28-0523a165df31). Email:leticia.leite@socicam.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T13:01:25-03:00





03 Feb 2022, 13:51:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835

Assinou como testemunha Email: galhiego@socicam.com.br. IP: 187.87.244.93 (187.87.244.93 porta: 37572).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN
RFB G2,OU=A1,CN=WANDERLEY GALHIEGO JUNIOR:35404010835. - DATE_ATOM: 2022-02-03T13:51:51-03:00

03 Feb 2022, 13:53:04

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA

JUNIOR:05574730472 **Assinou como parte** Email: agemar@agemar.com.br. IP: 201.48.15.193
(201-048-015-193.static.ctbctelecom.com.br porta: 34000). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC
SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=MANOEL CARVALHO FERREIRA DA SILVA JUNIOR:05574730472. -
DATE_ATOM: 2022-02-03T13:53:04-03:00

03 Feb 2022, 13:55:30

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454 **Assinou
como testemunha** Email: jeronimo@agemar.com.br. IP: 201.48.15.193

(201-048-015-193.static.ctbctelecom.com.br porta: 21840). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC
SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=JERONIMO TIMOTEO DE LIMA:03595414454. - DATE_ATOM:
2022-02-03T13:55:30-03:00

03 Feb 2022, 13:58:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800

Assinou como parte Email: augusto@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br
porta: 24070). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC
DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800. - DATE_ATOM:
2022-02-03T13:58:51-03:00

03 Feb 2022, 14:27:26

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820 **Assinou**

como parte Email: josemario@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta:
47832). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC
DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=JOSE MARIO LIMA DE FREITAS:04842628820. - DATE_ATOM:
2022-02-03T14:27:26-03:00

04 Feb 2022, 09:13:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824 **Assinou**

como parte Email: marcelo.bisordi@socicam.com.br. IP: 179.191.67.122 (mvx-179-191-67-122.mundivox.com
porta: 8276). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC
DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=MARCELO STURLINI BISORDI:11866224824. - DATE_ATOM:
2022-02-04T09:13:37-03:00

04 Feb 2022, 09:15:10

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812

Assinou como parte Email: altair@socicam.com.br. IP: 179.191.67.122 (mvx-179-191-67-122.mundivox.com
porta: 9372). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC
DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=ALTAIR MOREIRA DE SOUZA FILHO:02993370812. - DATE_ATOM:



26 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 04 de fevereiro de 2022,
09:17:17



2022-02-04T09:15:10-03:00

Hash do documento original

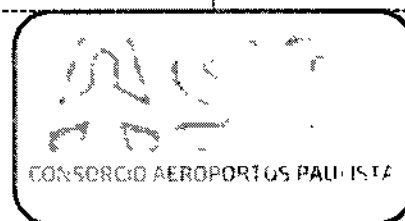
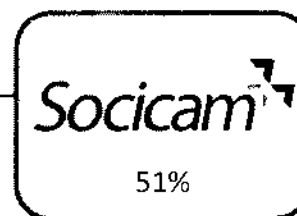
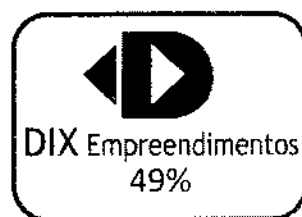
(SHA256):f63ea8357164a6bae50d6f94f907191656f62ee3a13205f4747ac7b223e1bb25

(SHA512):9c5bdb81acede244e4d35ed02fb99ca1f81d167a7c0cf6d80ec23f710543758d2b3aa129428de6f9a6697e3cef97e0c1417910d285ff35566b4ff8d2de4fd586

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



SPE

Diretor
Presidente

Coord.
Administrativo

Coord.
Manutenção

Tec. Seg. do
Trabalho

Biólogo

CCO

Ouvidoria

Ouvidor

Atendente

SBSR

SBDN

SBAU

SNBA

SDVG

SDDN

SNAX

SDDR

SDPN

SDEP

SDTP

ADM /
Operações

Seg.
Operacional

Aviation
Security

Encarregado
Manutenção

AEROPORTOS

PROCESSO

041073

67576